



INSTITUTO SUPERIOR DE CIENCIAS ECONOMICAS E EMPRESARIAIS

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: ADMINISTRAÇÃO E AUDITORIA

TRABALHO DE FIM DE CURSO

**“Impacto da rotação do auditor externo na qualidade da auditoria em
Cabo Verde”**

GILDA ISABEL AFONSO MONTEIRO

APR 2009. 0667

Praia, Abril de 2014

INSTITUTO SUPERIOR DE CIENCIAS ECONOMICAS E EMPRESARIAIS

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: ADMINISTRAÇÃO E AUDITORIA

TRABALHO DE FIM DE CURSO

**“Impacto da rotação do auditor externo na qualidade da auditoria em
Cabo Verde”**

GILDA ISABEL AFONSO MONTEIRO

APR 2009. 0667

Orientador: Nilson Baptista

Praia, Abril de 2014

DEDICATÓRIA

*A toda minha família, e em particular
a minha mãe com muito carinho.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus pela vida, saúde, força e coragem para enfrentar todos os obstáculos encontrados na vida e ao longo do curso.

De uma forma muito especial agradecer a minha mãe *Deolinda Freire Afonso* e a minha irmã *Elisabeth Afonso Monteiro* que sempre estiveram do meu lado dando todo o apoio necessário para a conclusão de mais uma etapa da minha vida.

Agradeço ao meu orientador Prof. *Nilson Garcia Gonçalves Baptista* pela disponibilidade e espírito motivador demonstrada ao longo da orientação deste trabalho e a todos os professores do Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais – Polo da Praia que me acompanharam durante esta caminhada.

Também queria agradecer à todas as empresas que colaboraram para a realização deste trabalho.

Finalmente queria agradecer a todos que contribuíram para a concretização deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho subordina-se ao tema “ *IMPACTO DA ROTAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO NA QUALIDADE DA AUDITORIA*” e insere-se no âmbito da realização do trabalho de fim do curso de Licenciatura em Contabilidade e Administração – ramo Administração e Auditoria, ministrada no ISCEE. Tem como objectivo geral analisar o impacto da rotação do auditor na qualidade da auditoria das empresas cotadas na BVCV.

A qualidade da auditoria é um tema muito discutível na área de auditoria. Na verdade, é um conceito muito subjectivo que, não pode ser quantificado precisão, no entanto existem proxies / medidas, que são utilizados para ajudar na avaliação deste conceito. A falta de qualidade da auditoria, significa uma falha na auditoria, uma vez que o auditor, falhou em detectar e relatar os erros materiais, ou deixou de cumprir as normas internacionais de auditoria. As falhas de auditoria resultam, principalmente, no problema de falta de independência, causado muitas vezes pela relação estabelecida por longo tempo, entre o auditor, e o cliente. No entanto em muitos países há rotação obrigatória dos auditores é recomendado de forma a superar tais consequências. Os resultados da investigação realizada no âmbito deste trabalho afirmam que em Cabo Verde existem uma rotação voluntária dos auditores, todavia os inquiridos, concordam que a relação estabilidade entre o auditor e o cliente não aumentará a qualidade da auditoria.

Palavra-chave: Auditoria; Rotação obrigatória dos auditores; Qualidade da Auditoria; Proxies.

ABSTRACT

This work is subject to the topic " IMPACT OF THE EXTERNAL AUDITOR ROTATION IN QUALITY AUDIT " and falls within the context of the completion of the work order 's Degree in Accounting and Business Administration - Management and Audit Branch , held at ISCEE . Its overall objective is to analyze the impact of auditor rotation on audit quality of companies listed on BVCV .

A quality audit is a very debatable topic in auditing. In fact, it is a very subjective concept, accuracy can't quantified , however there are proxies / measures , which are used to help evaluate this concept . Lack of audit quality, audit means a failure, since the auditor failed to detect and report material errors , or failed to comply with international auditing standards. The audit failures result primarily on the problem of lack of independence, often caused by the long established relationship between the auditor and the client. However many countries have mandatory rotation of auditors is recommended in order to overcome such consequences. The results of the investigation in this paper argue that in Cape Verde are a voluntary rotation of auditors , however the respondents agree that the stability relationship between the auditor and the client will not increase audit quality .

Keyword: Audit; Mandatory rotation of auditors; Quality Audit; Proxies .

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	I
AGRADECIMENTOS.....	II
RESUMO	III
ABSTRACT	IV
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	5
1.1. AUDITORIA EXTERNA.....	5
1.1.1. Origem da Auditoria Externa.....	5
1.1.2. Definição da auditoria externa.....	6
1.1.3. Objetivo da auditoria externa	7
1.1.4. Risco de auditoria.....	8
1.2. A INDEPENDÊNCIA DOS AUDITORES.....	9
1.2.1. Conceitos e princípios fundamentais	9
1.2.2. Independência e Objetividade	10
1.3. A ROTATIVIDADE DOS AUDITORES EXTERNOS	12
1.3.1. Breve historial	12
1.3.2. Defensores e opositores à rotação obrigatória dos auditores.....	13
1.4. A QUALIDADE DA AUDITORIA	16
1.4.1. Conceito de qualidade da auditoria	17
1.4.2. Qualidade “Real” versus Qualidade “percebida”	18
1.4.3. Proxies utilizadas para analisar a qualidade “percebida” da auditoria.....	19
1.4.3.1. Especialização / experiência do auditor	19
1.4.3.2. Honorário dos auditores	20
1.4.3.3. Nível de Gestão de resultado	21
1.4.3.4. Reputação do auditor.....	22
1.4.3.5. Tempo de Contrato entre o auditor e a sociedade auditada.....	23
CAPÍTULO II – O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DA AUDITORIA EM CABO VERDE.	24
2.1. A Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados	24
2.2. Finalidades e atribuições da OPACC.....	24
2.3. Os Estatutos da OPACC encontram-se estruturados conforme a figura 1.....	24

2.4. O exercício da atividade da Auditoria em Cabo Verde	25
CAPÍTULO III – METODOLOGIA.....	27
3.1. APRESENTAÇÃO METODOLÓGICA	27
3.1.1. Métodos utilizados.....	27
3.1.2. Definição da população alvo e da amostra	27
3.1.3. Recolha dos dados.....	29
3.1.4. Tratamento e análise de dados.....	30
3.1.5. Apresentação, análise e discussão dados	30
CAPÍTULO IV – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO	31
4.1. ANÁLISE DOS RESULTADOS	31
4.1.1. Análise descritiva dos resultados das empresas cotadas na BVCV	31
4.1.2. Análise do modelo de regressão	37
4.1.2.1. Modelo inicial de regressão	37
4.1.2.2. Análise descritivas das variáveis.....	38
4.1.2.3. Análise Bivariada -Teste do Qui –Quadrado	38
4.1.2.4. Correlação Linear Simples das Variáveis	40
4.1.2.5. Modelo final de regressão.....	42
4.1.3. Análise descritiva dos resultados das empresas registadas na OPACC.....	43
Características gerais da população	43
4.2. Discussão dos resultados da investigação	49
CONCLUSÃO	51
BIBLIOGRAFIA.....	54
ANEXO I – CARTA DE APRESENTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO	58
ANEXO II – QUESTIONÁRIO I	59
ANEXO III – QUESTIONÁRIO II	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

AF – Auditoria Financeira

AICPA - American Institute of Certified Public Accounts

BVCV – Bolsa de Valores de Cabo Verde

DF – Demonstrações Financeiras

IAESB – International Ethics Standards Board for Accountants

IFAC – International Federation of Accountants

ISA – International Standards Auditing

OPACC – Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados

PCGA- Principios contabilísticos geralmente aceites

PIE – Public Interest Entities

PIE – Public Interest Intities

RLC – Revisor Legal de Contas

SOX - Lei Sarbanes-Oxley de 2002

SPSS - Statistical Package for Social Science

UE – União Europeia

ÍNDICE DE TABELA

Tabela 1 - Qualidade "real" da auditoria	18
Tabela 2 - Qualidade "percebida" da auditoria.....	19
Tabela 3 - Dimensão da população e da amostra das empresas cotadas na BVCV	28
Tabela 4 - Dimensão da população e da amostra das empresas inscritas na OPACC....	29
Tabela 5 - Características gerais da população.....	31
Tabela 6 - Cruzamento das variáveis "rotação das equipas de auditoria" e "como e aplicada" essa rotação.....	33
Tabela 7 - Análise das respostas sobre a rotação do auditor externo	34
Tabela 8 - Cruzamento das variáveis "rotação obrigatória dos auditores contribui para melhorar a qualidade dos trabalhos dos auditores" e "relação estabelecida entre o auditor e cliente aumenta a qualidade da auditoria".	35
Tabela 9 - Fatores importante que garantem a qualidade da auditoria.....	36
Tabela 10 - Estatística descritiva das variáveis	38
Tabela 11 - Teste do Qui - Quadrado das variáveis "Experiência dos auditores" e "honorário dos auditores"	39
Tabela 12 - Teste do Qui - Quadrado das variáveis "Experiência dos auditores" e "Tempo de contrato"	40
Tabela 13 - Coeficiente de correlação entre as variáveis	41
Tabela 14 - Resposta relativa a questão da rotação do auditor.....	46
Tabela 15 - A rotação afeta a qualidade da auditoria	48
Tabela 16 - O papel da OPACC na promoção da auditoria.....	49

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico I - Rotação do Auditor Externo	32
Gráfico II - A rotação do auditor externo afeta a qualidade da auditoria.....	36
Gráfico III - O quadro legal atual garante a independência necessária para os trabalhos dos auditores em Cabo Verde.....	37
Gráfico IV - Inexistência da rotação dos auditores / sócios responsáveis pela auditoria.....	43
Gráfico V - Período da rotação do sócio responsável pela auditoria.....	44
Gráfico VI - Frequência da rotação das equipas por cliente.....	44
Gráfico VII - Como é aplicada a rotação às equipas.	45
Gráfico VIII - A principal ameaça a independência dos auditores.....	47
Gráfico IX - A melhor forma de melhorar a independência dos auditores	47
Gráfico X - O quadro legal atual garante a independência necessária para os trabalhos de auditoria em Cabo Verde	48

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Estatuto da OPACC	25
------------------------------------	----

INTRODUÇÃO

Nesta introdução, delimita-se o enquadramento do objeto de estudo, a pergunta de partida, os objetivos do estudo, a estruturação do trabalho e as contribuições do estudo.

Enquadramento teórico do objeto de estudo

No mundo globalizado e competitivo de hoje, é extremamente pertinente ter-mos em consideração, a noção de qualidade dos serviços que prestamos aos nossos clientes. No caso concreto da auditoria, é necessário termos em conta a qualidade da auditoria que prestamos, aos utentes, das informações financeiras. A qualidade da auditoria é um dos temas mais importantes na profissão de auditoria. Foi definido como o auditor sendo a capacidade de detetar e reportar erros materialmente relevantes existentes na amostra investigada durante o processo de auditoria Vanstraelen (2000). Quando o auditor é capaz, não só de detetar, mas também de informar sobre os erros materiais existentes, o processo de auditoria é considerado como sendo mais eficaz e de maior qualidade. No entanto, o que muitas vezes dificulta a capacidade do auditor em executar um trabalho de boa qualidade é o relacionamento e a confiança que são estabelecidos entre o auditor e as pessoas-chaves da empresa auditada, situações essas que poem em causa a independência do auditor. Segundo Sori e Karbhari (2005), a relação estabelecida entre o auditor e o cliente, por longo tempo, prejudica psicologicamente a independência do auditor, uma questão que faz com que o auditor não seja capaz de realizar o seu trabalho com total objetividade. Sendo assim, a solução encontrada por muitos países, afim de melhorar ou evitar a falta de independência e a rotação obrigatória dos auditores. A rotação obrigatória dos auditores impõe a rotatividade dos auditores externos das sociedades cotadas após um determinado período. Essa rotatividade do auditor é necessária e até mesmo exigida por lei em diversos países, principalmente por duas razões:

- A fim de manter a independência do auditor;

- Melhorar a qualidade da auditoria através da promoção da criatividade na auditoria, através de abordagens de teste e métodos que podem ser afetados pelo aumento da familiaridade com o cliente ou devido à falta de independência Carey e Simnett (2006).

Pergunta de partida

Durante a elaboração do trabalho científico tentaremos responder à seguinte pergunta de partida:

“A permanência de equipas de auditoria por um período longo de tempo afeta a independência e objetividade da auditoria, diminuindo a qualidade do produto final?”

Hipótese

H1: A rotação dos auditores externos afeta a qualidade da auditoria”.

Objetivos do estudo

Objetivo geral

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar o impacto da rotação do auditor externo na qualidade da auditoria das empresas cotadas na BVCV.

Objetivos específicos

De acordo com o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos.

- Compreender os propósitos da auditoria externa;
- Verificar se as empresas Cabo-verdianas aplicam o conceito da rotação dos auditores externos;
- Verificar se a rotação obrigatória dos auditores contribui para melhorar independência dos auditores;
- Identificar o(s) parâmetro (s) ou critério (s) que nos permitam avaliar a qualidade da auditoria;

- Levantar os aspetos que ajudem o(s) órgão(s) regulador (es) da profissão no mercado a atuarem de modo a garantir o aperfeiçoamento contínuo das ações de auditoria, assegurando a transparência e a credibilidade;

Estrutura do trabalho

Este trabalho será dividido em quatro capítulos e estruturado da seguinte forma:

Introdução

Nesta introdução delimita-se o enquadramento do objeto do estudo, a pergunta de partida, objetivos do estudo, a estruturação do trabalho, e as contribuições do estudo.

Capítulo I – Enquadramento teórico

Este capítulo destina-se ao desenvolvimento geral do trabalho tendo como propósito rever a bibliografia citada sobre o assunto em questão. Seus principais tópicos serão: Auditoria, Rotação do auditor e a Qualidade da Auditoria.

Capítulo II – O exercício da actividade da auditoria em Cabo Verde

Neste capítulo faremos uma breve abordagem da entidade responsável pelo exercício da profissão de auditoria em Cabo Verde (finalidades, atribuições e estatuto) e uma breve abordagem da evolução da auditoria em Cabo Verde.

Capítulo III - Metodologia

Neste capítulo apresentaremos a metodologia adaptada para a realização do presente trabalho. Então faremos uma breve apresentação metodológica, a definição da população alvo, a recolha de dados, tratamento e análise dos dados.

Capítulo IV – Análise e discussão dos resultados da investigação

Este capítulo destina-se a análise e discussão os resultados das questões colocadas aos inqueridos. Está análise compreenderá duas fases, primeiramente analisam os dados do questionário 1 e em seguida os dados do questionário 2.

Conclusão

Serão apresentadas as principais conclusões do trabalho e algumas sugestões para futuros trabalhos.

Referências bibliográficas

Anexos

Contribuições do estudo

Atualmente a nível nacional não existe nenhum trabalho que se concentre em analisar o impacto da rotação do auditor externo, na qualidade da auditoria. Deste modo, vai ser muito útil, tanto para a comunidade académica como a profissional dispor de um trabalho científico para debater a questão a nível nacional e tirar conclusões que possam ser úteis para futuras pesquisas ou até servir como um ponto de partida para alguma mudança. Tendo em conta o carácter inovador deste trabalho, quero através desta, deixar o meu modesto contributo.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Este capítulo destina-se ao desenvolvimento geral do trabalho, tendo como propósito rever a bibliografia citada sobre o assunto em questão. Os seus principais tópicos serão: Auditoria, Rotação do auditor e a Qualidade da Auditoria.

1.1. AUDITORIA EXTERNA

1.1.1. Origem da Auditoria Externa

Segundo ATTIE (1998), a contabilidade foi a primeira disciplina desenvolvida para auxiliar e informar os administradores e a auditoria, uma especialização capaz de oferecer a credibilidade às informações prestadas pela contabilidade.

LOPES DE SÁ (2002) afirma que existem provas arqueológicas que demonstram que a função de auditoria foi exercida há mais de 4.500 A.C pelos sumérios e que as normas de auditoria foram inseridas no livro Arthasastra, de Kautilya, na Índia, ainda no período antes de Cristo.

COSTA (2010) informa que existem provas da prática de atividade similar à auditoria que remonta ao império romano. O citado autor afirma que a auditoria como atualmente é compreendida teve a sua origem na Grã-Bretanha, nos meados do século XIX como consequência da segunda revolução industrial.

Informa, ainda, o citado autor que, a partir do final do século XIX, com o incremento das empresas industriais e comerciais, sentiu-se a necessidade de implementar eficazes procedimentos contabilísticos e eficientes medidas de controlo interno que ajudaram no desenvolvimento da auditoria. Tendo em conta que a maioria das empresas eram sociedades de responsabilidade limitada, fez com que as demonstrações financeiras apresentadas aos acionistas fossem auditadas que tornou obrigatório a partir de 1900.

À colonização inglesa nos Estados Unidos da América e no Canadá e o grande desenvolvimento industrial ocorrido nestes países ajudaram, tanto na difusão como no aperfeiçoamento das técnicas de auditoria.

1.1.2. Definição da auditoria externa

A auditoria é um exame realizado segundo normas técnicas, que habilitam o auditor a expressar uma opinião sobre se as demonstrações financeiras, estão ou não preparadas, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com uma estrutura conceptual de relato financeiro identificado¹.

Podemos ver que a auditoria externa, contabilística, independente ou financeira (AF) é uma atividade exercida por um profissional não afeto à entidade com o objetivo de verificar que as demonstrações financeiras apresentadas pela empresa auditada encontram-se de acordo com os PCGA's.

De acordo com ATTIE (1998) a auditoria é:

“Uma especialização Contábil votada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre um determinado dado.

Segundo ALMEIDA (2003), auditoria externa é aquela que examina as demonstrações financeiras de uma empresa e emite a sua opinião sobre estas, o que a tornou fundamental, vista como uma medida de segurança, na opinião dos investidores, que passaram a exigir que as demonstrações contábeis fossem examinadas por um profissional independente da empresa e de reconhecida capacidade técnica.

¹ António Samagaio – Instituto Superior de Economia e Gestão- Universidade Técnica de Lisboa -2008

1.1.3. Objetivo da auditoria externa

Conforme a ISA 200 do IFAC (2010) (paragrafo 3), a finalidade da auditoria financeira é aumentar o grau de confiança dos destinatários das demonstrações financeiras através da expressão de uma opinião do auditor sobre se as demonstrações financeiras estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com o referencial de relato aplicável. Na maioria dos referenciais com finalidade geral, essa opinião incide sobre as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, ou dão uma imagem verdadeira e apropriada de acordo com o referencial.

Segundo a ISA citada os objetivos do auditor ao conduzir uma auditoria de demonstrações financeiras são:

- a) Obter garantia razoável de fiabilidade sobre as demonstrações financeiras como um todo que estão isentas de distorções materiais, devido a fraude ou erro, habilitando, assim, o auditor a expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras foram preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com um referencial de relato financeiro aplicável;
- b) Relatar sobre as demonstrações financeiras e comunicar conforme o exigido pelas ISAs, de acordo com os resultados do trabalho efetuado.

ATTIE (1998) afirma que o objetivo normal da auditoria das demonstrações financeiras é expressar uma opinião sobre a propriedade das mesmas e assegurar que elas representem adequadamente a posição patrimonial e financeira. De acordo com o citado autor, o objetivo principal da auditoria pode ser descrito, em linhas gerais como o processo pelo qual o auditor certifica a veracidade das demonstrações financeiras, preparadas pela companhia auditada.

Segundo COSTA (2010) a auditoria financeira tem como objectivo, a expressão de uma opinião sobre as demonstrações financeiras por parte de um profissional competente e independente.

O objetivo da auditoria financeira nem sempre foi como atualmente é entendido. Muitos autores entendiam que o principal objetivo da auditoria era a detecção e/ou prevenção de

erros e de fraudes, mas como podemos ver essa ideia já se encontra ultrapassada. Embora, no decorrer de uma auditoria, o auditor possa detetar tais situações mas este não é o seu objetivo primordial. O seu objetivo é a expressão de uma opinião sobre a veracidade das demonstrações financeiras.

1.1.4. Risco de auditoria

O auditor não pode afirmar que a sua opinião é absolutamente correta. Nesse caso podemos afirmar que sempre existirá algum risco associado ao trabalho do auditor o qual denominamos de risco de auditoria.

Conforme citado pela ISA 320 do IFAC (2010) A1 (ref: parágrafo 5), risco de auditoria é aquele no qual o auditor expressa uma opinião não apropriada, quando as demonstrações financeiras estão materialmente distorcidas. O risco de auditoria é função dos riscos de distorção material e do risco de deteção.

Segundo ISA 200 do IFAC, parágrafo 13 (n)) risco de distorção material é o risco das demonstrações estarem materialmente distorcidas anteriormente à auditoria. O risco mencionado decompõe – se em risco inerente e risco de controlo. Assim sendo, a ISA 200 define os dois componentes da seguinte forma:

- (i) **Risco inerente** – A suscetibilidade de uma asserção relativa a uma classe de transações, saldo de uma conta ou divulgação e que possa ser material, individualmente ou agregada com outras distorções, antes da consideração de quaisquer controlos relacionados.
- (ii) **Risco de controlo** – O risco de que a ocorrência de uma distorção relativa a uma classe de transações, saldos de conta ou divulgação e que possa ser material, individualmente ou agregada com outras distorções, não seja evitada ou detetada e corrigida em tempo oportuno pelo controlo interno à entidade.
- (iii) **Risco de deteção**- foi definido como sendo o risco de que os procedimentos executados pelo auditor, para reduzir o risco de auditoria para um nível aceitavelmente baixo, não detetem uma distorção que existe e que possa ser

material, quer individualmente, quer quando agregada a outras distorções ISA 200, parágrafo 13 (e).

1.2. A INDEPENDÊNCIA DOS AUDITORES

A independência dos auditores é um requisito primordial para o exercício da profissão da auditoria.

ATTIE (1998) afirma que o auditor deve ser absolutamente independente e imparcial na interpretação de tudo que lhe for apresentado, atestando a cada dado um pronunciamento conclusivo. Afirma ainda, o citado autor, que a independência é necessária para orientar o trabalho do auditor no sentido da verdade, evitando interesses, conflitos, vantagens, sendo factual em suas afirmações.

Segundo BARROTE (2004), o revisor oficial de contas/ auditor deve exercer a sua atividade com a absoluta independência profissional, à margem de qualquer pressão, principalmente a resultante dos seus interesses ou de influências exteriores, por forma a não se ver colocado numa posição que objetiva ou subjetivamente, possa diminuir a liberdade e a capacidade de formular uma opinião justa e isenta.

1.2.1. Conceitos e princípios fundamentais

A independência é um dos requisitos éticos, aos quais os auditores estão sujeitos. Está estabelecido na ISA 200, (paragrafo 16) exigências éticas relativas à auditoria das demonstrações financeiras, que também encontram fundamentados na parte A e B do Código de Ética do IFAC – Internacional Ethics Standards Boards for Accountants.

A ISA 200, (paragrafos 14 a15), menciona os princípios fundamentais que são exigidos aos auditores no cumprimento ao Código de Ética do IFAC, tais como:

- a) Integridade;

- b) Objetividade;
- c) Competência profissional e diligência.
- d) Confidencilidade; e
- e) Comportamento profissional.

Conforme a ISA citada, o seu parágrafo 16 estabelece que quando se trata de uma auditoria há uma entidade de interesse público o auditor deve ser independente a entidade auditada. O Código IESBA descreve a independência, abrangendo a independência mental e a independência na aparência.

A independência mental permite ao auditor emitir uma opinião sem influências, que comprometem o seu julgamento profissional permitindo-lhe agir com integridade, objetividade e ceticismo profissional. Por outro lado, para salvaguardar a independência na aparência, o auditor deve evitar factos e circunstâncias tão significantes que permitam um terceiro, mediamente informado, concluir que a integridade, a objetividade ou ceticismo profissional foram comprometidas.

A independência do auditor em relação à entidade auditada, salvaguarda a capacidade do auditor em opinar sem influências que possam comprometer a sua opinião. A independência aumenta a capacidade do auditor agir com integridade, ser objetivo e manter uma atitude de ceticismo profissional.

1.2.2. Independência e Objetividade

Atualmente a independência dos auditores tem sido a grande preocupação dos reguladores da profissão a nível internacional. Num contexto mais idêntico ao nosso é a da União Europeia que tem vindo a implementar uma série de medidas com o objetivo de reforçar a transparência no sector da auditoria. A Diretiva 2006/43/CE – Do Parlamento Europeu Do Conselho de 17 de Maio de 2006, é uma dessas medidas implementadas pela UE com os seguintes objetivos:

- Exigir a aplicação das normas internacionais de auditoria;
- Atualizar os requisitos em matéria de formação;
- Definir a deontologia profissional nomeadamente à independência, confidencialidade, prevenção de conflitos de interesse, e à criação de estruturas independentes de controlo de qualidade e supervisão pública.

O dever da independência, bem como a integridade e a objetividade, também são mencionados na citada diretiva. O artigo 22 n° 2 determinou que, o auditor não deve aceitar realizar a revisão, se deparar com ameaças que possam comprometer a sua independência.

Constituem ameaças para a independência do auditor a auto-revisão, interesse pessoal, representação, familiaridade, confiança ou intimidação. Perante essas situações o auditor deve aplicar medidas, de modo a segurar a sua independência.

Com o objetivo de reforçar a independência dos revisores oficiais de contas das entidades públicas, a normativa citada impôs a rotação dos sócios principais, responsáveis pelas funções de RLC de tais entidades com uma periodicidade não superior a sete anos no qual é novamente designado, passados dois anos.

A diretiva aborda também o papel dos comités de auditoria e a existência de um sistema eficaz de controlo interno, tendo em conta que ajudam a minimizar os riscos financeiros, operacionais e de não conformidade e reforçam a qualidade da informação financeira.

Afirma (BARROTE 2004) que, a independência não é uma consideração de um momento. Requer uma apreciação continua pelo responsável de trabalho e da equipa ao longo do trabalho.

1.3. A ROTATIVIDADE DOS AUDITORES EXTERNOS

1.3.1. Breve historial

A rotação dos auditores é um tema que vem sendo discutido por diversos pesquisadores, a nível internacional. De acordo com a literatura existente, a rotação do auditor pode ser classificada como obrigatória ou voluntária. A rotação obrigatória exige que todas as empresas cotadas / listadas mudem seus auditores ou parceiros/sócios de auditoria, após um período específico de tempo, a fim de evitar a falta de independência dos auditores, citado por JACKSON et al, (2007), enquanto a rotação voluntária se baseia principalmente, nas decisões e escolhas da gestão independentemente do tempo, segundo DAVIDSON et al., (2005).

BARTON (2002) afirma que, a ideia da rotação obrigatória dos auditores foi introduzida, pela primeira vez, durante as audiências de McKesson Robbins no final de 1930. Segundo o autor, McKesson Robbins estava envolvido num grande escândalo em que a empresa de contabilidade “Price Waterhouse” não conseguiu detetar distorções nas contas de inventário e recebimentos no montante de 19 (dezanove) milhões de dólares. McKesson Robbins falsificou os registos e a “Price Waterhouse” não questionou ou verificou a validade das suas demonstrações financeiras. Após o descobrimento desta fraude foram realizadas várias audiências no congresso, a fim de reformar a profissão contabilística.

O citado autor afirma, ainda, que o recente escândalo da Enron e as subsequentes falhas de auditoria, envolvendo outras empresas, trouxeram a tónica a questão da rotação obrigatória dos auditores.

Países como a Itália, EUA, Brasil, Coréia, e Espanha aplicam a rotação obrigatória das firmas de auditoria. Em Cabo Verde, não existe nenhuma prescrição legal que exige a rotação obrigatória do auditor/parceiro de auditoria após um determinado período, contudo, a nível internacional, existem duas abordagens diferentes para as PIE- Public interest entities normalmente designadas, empresas cotadas ou empresas com grande exposição.

Neste contexto, nos EUA, o Sarbanes-Oxley Actem 2002, segundo BARROTE (2004), com o SOX, pretendeu responder aos riscos de ameaças à independência dos auditores: por familiaridade, no caso da rotação do auditor. A posição tomada foi estabelecer a rotação obrigatória dos sócios responsáveis pela auditoria, de **cinco em cinco anos**. Segundo a secção 203 do SOX – Audit partner rotation, “Será ilegal para uma empresa de contabilidade pública registada para prestar serviços de auditoria para um emitente se o sócio de auditoria (tendo a responsabilidade primária para para rever a auditoria) tem realizado serviços de auditoria, pelo emitente em cada um dos cinco exercícios anteriores desse emitente”. Por seu lado, o parlamento e concelho europeu emitiram a Diretiva 2006/43/CE de 17 de Maio que, no seu art 42º fala sobre a independência e rotação dos sócios e considera que, a fim de reforçar a independência dos revisores oficiais de contas das entidades de interesse público, os sócios principais responsáveis pelas funções de revisão legal das contas de tais entidades deverão ser sujeitos à rotação.

BARROTE (2004) afirma que a questão da rotação do auditor está particularmente ligada a uma ameaça à independência denominada familiaridade, que resulta do relacionamento e da confiança estabelecida entre o auditor e as pessoas-chave da entidade auditada.

Este tema provocou grandes reações a nível internacional, tanto para os opositores, como para os defensores à rotação obrigatória. Vejamos agora os argumentos e as justificativas das suas posições.

1.3.2. Defensores e opositores à rotação obrigatória dos auditores

Para BARTON (2002), a maioria dos argumentos para a rotação obrigatória do auditor dizem respeito às expectativas que irá melhorar a independência e / ou qualidade das auditorias.

1.3.2.1. Defensores a rotação obrigatória dos auditores

O argumento mais predominante à rotação obrigatória das empresas de auditoria é que a relação estendida entre o auditor e o cliente, às vezes, pode levar a comprometer a independência e a qualidade da auditoria.

Os defensores desta ideia acreditam que, trabalhar em tal proximidade com a gestão ao longo de vários anos, pode prejudicar o julgamento dos auditores, levando-os a identificar-se mais com os interesses da administração do que com os interesses do público / acionistas. A rotação do auditor, a cada poucos anos, vai evitar esse subconsciente preconceito de desenvolvimento, afirma HOYLE (1978), citado por BARTON (2002).

Para KIM et al. (2007), esta relação aumenta a falta de independência, afetando negativamente a qualidade da auditoria e o auditor torna-se negligente nas auditorias às demonstrações financeiras dos seus clientes.

Vários defensores argumentam que a rotação irá incentivar os trabalhos dos auditores.

Para HOYLE (1978), citado por BARTON (2002), o atual auditor é motivado a fazer melhor o seu trabalho porque ele não quer ter publicidade negativa devido à sua incapacidade de detetar o erro.

LU (2005) defende que a rotação obrigatória é muito informativa para os utilizadores das informações financeiras, uma vez que o auditor sucessor obtém informação do seu antecessor, que o permita avaliar, de melhor maneira, as condições financeira da empresa auditada.

Argumentam que a rotação obrigatória impede a gestão corporativa.

BARTON (2002) afirma que, se no caso do auditor não concordar com certas medidas tomada pela gestão, não cederá às pressões, de modo a garantir a sua integridade, visto que após cinco anos termina o relacionamento.

Davis et al, (2008) citado por MOHAMED (2010), afirma que a rotação obrigatória do auditor fornece uma nova visão para as demonstrações financeiras do cliente, pois a prática de auditoria baseia-se no emprego do ceticismo profissional e essa longa ligação com o cliente pode reduzir a nitidez do seu juízo profissional.

A rotação obrigatória ajuda a melhorar a concorrência no mercado de auditoria. Assim, as pequenas empresas (não BIG FOUR) são encorajadas a crescer e se desenvolver mais no campo de especialização , como a rotação coloca todas as empresas de auditoria no mesmo nível e dá-lhes a igualdade de oportunidades, conforme RAIBORN et al. (2006) citado por MOHAMED (2010).

1.3.2.2. Opositores a rotação obrigatória dos auditores

Os opositores acreditam que a relação estendida, durante muito tempo, irá aumentar a qualidade da auditoria, como explica GHOSH et al. (2004) a permanência do auditor nas sociedades clientes afeta positivamente a qualidade da auditoria, visto que uma falha de auditoria ocorreria mais nos novos clientes, devido à falta de informação do auditor sobre o cliente. Segundo ele, para realizar uma boa auditoria, o auditor tem de ter conhecimentos suficientes sobre a operação da empresa, o sistema contabilístico e do controlo interno que o ajudaram na deteção de distorções materialmente relevantes.

Segundo o estudo da AICPA (1992), citado por BARTON (2002), a rotação obrigatória dos auditores aumenta o risco de fraude e não promove a qualidade da auditoria.

Um dos problemas mais mencionados pelos opositores à rotação obrigatória do auditor é o custo adicionado à auditoria, tanto para a empresa de auditoria, o cliente e consequentemente, para o público. BARTON (2002), explica que, no início dos trabalhos de auditoria, vários custos iniciais são incorridos, visto que a empresa de auditoria não reúne informações sobre os sistemas e processos da empresa.

Para BOCCONI os custos foram 15% maiores para um novo cliente numa indústria familiar e 25% maior num novo cliente em uma nova indústria. Além disso, no primeiro ano de uma auditoria, Bocconi informou que 40% mais horas de auditoria foram

investidos para se familiarizar com os negócios, processos e pessoas, segundo informa FEE Study Mandatory Rotation, (2004).

Segundo (CGAA), há custos substanciais, resultantes da rotação obrigatória dos auditores. Sendo que o mais óbvio é que o novo auditor tem de se familiarizar com os negócios da empresa e os seus procedimentos financeiros e não financeiros. No entanto existem custos significativos em termos de tempo de gestão, particularmente, em termos de trabalhos com os novos auditores, para familiariza-los com a empresa, informa FEE Study Mandatory Rotation,(2004).

Essas teorias contraditórias são de opinião de que a permanência do auditor por um elevado período terá efeitos opostos na qualidade da auditoria.

1.4. A QUALIDADE DA AUDITORIA

Uma auditoria de qualidade é vista como um instrumento fundamental para o funcionamento dos mercados, dando maior confiança e credibilidade ao meio empresarial.

Segundo MANITA (2009), o fato de o processo de auditoria ser complexo (não uniforme) e não observável por terceiros e o relatório (parecer) ser padronizado, com poucas possibilidades de diferenciação, dificulta a identificação do que seria uma auditoria de qualidade.

Podemos questionar que a qualidade dos trabalhos de auditoria tem uma relação direta com o propósito da auditoria, ou seja, expressar uma opinião se as demonstrações estão livres de distorções materiais. A IFAC estabelece que um dos atributos de confiabilidade da informação financeira é a neutralidade – quando a escolha ou a apresentação da informação não influenciam a tomada de decisão ou julgamento, a fim de atingir um resultado predeterminado. Sendo assim é dever do auditor externo evitar

que a informação divulgada seja distorcida, não atendendo ao requisito da neutralidade.

1.4.1. Conceito de qualidade da auditoria

A qualidade da auditoria é definida como " a probabilidade de um auditor, tanto descobrir como denunciar uma violação no sistema de contabilidade do cliente. A probabilidade de descobrir uma brecha depende de capacidades técnicas de auditoria, enquanto a probabilidade de relatar os erros depende da independência do auditor. " VANSTRAELEN (2000).

Para HAYES et, al (2005), os auditores são avaliados com base em elementos técnicos e qualidade funcional. A qualidade técnica é associada aos resultados da auditoria – grau com que atende às expectativas em relação à deteção e à divulgação de erros e irregularidades relativas à empresa auditada e às suas demonstrações financeiras, enquanto que a qualidade funcional está relacionada com os processos utilizados durante a realização de uma auditoria e na comunicação dos seus resultados.

Segundo o citado autor, um dos componentes da qualidade funcional são os papéis de trabalho que são sigilosos por força das normas profissionais. Tendo em conta essa restrição, a possibilidade de análise da qualidade da auditoria a partir desses procedimentos é restrita aos órgãos reguladores. Desta forma, neste trabalho, o foco será na qualidade técnica. Conforme DYE (1993), a qualidade da auditoria não é uma informação divulgada no momento em que é realizada e mesmo *a posteriori* não é tornada pública para os clientes que não enfrentam dificuldades financeiras.

A qualidade da auditoria é um conceito muito subjetivo, que não pode ser medido nem quantificado com precisão. Perante tais dificuldades objetivas de mensurar e verificar a qualidade da auditoria, há necessidade de recorrer as proxies utilizados em vários estudos que avaliam essa questão.

1.4.2. Qualidade “Real” versus Qualidade “percebida”

Segundo DANG (2004), as proxies dividem-se em dois grandes grupos: As que procuram refletir a qualidade “real” da auditoria e as que sintetizam a qualidade da auditoria “percebida” pelos agentes de mercado.

a) Qualidade “Real” da auditoria

É pertinente ressaltar que a “qualidade real” não pode ser vista de forma absoluta, visto que não faria sentido afirmarmos quanto à dificuldade ou impossibilidade de mensurar a qualidade da auditoria. Segundo a literatura, o termo é utilizado pelo fato de a proxy ser mensurada a partir de informações ex post, ou seja, factos que ocorreram após o trabalho de auditoria. Podem ser citados alguns exemplos de fatores ex post citados na literatura, que nos permitam estimar a qualidade de auditoria

Tabela 1 - Qualidade "real" da auditoria

Pressuposto	Exemplo de estudos
Ações Judiciais e penalidades administrativas - se o auditor for confrontado com ações judiciais ou questionado pela administração, e evidente que houve falhas no exercício das suas atividades.	Dang (2004)
Falhas de auditoria - se as empresas faliram é claro que não receberam modified opinion dos auditores previamente	Dang (2004)

Fonte: Elaboração própria

b) Qualidade “percebida” da auditoria

A qualidade “percebida” procura estimar a qualidade da auditoria no momento em que é realizada, considerando que, objetivamente, a qualidade efetiva não é uma variável observável. Na tabela que se segue serão destacados algumas dessas proxies.

Tabela 2 - Qualidade "percebida" da auditoria

Pressuposto	Exemplo de estudos
Especialização do auditor - o maior conhecimento em determinado ramo de atividade, aumenta o conhecimento do auditor em detetar impropriedades nas demonstrações financeiras	Behn, choi e Kang (2008)
Tamanho da empresa (Big N) - As maiores empresas de auditoria tem mais competência técnica para a identificação de distorções materiais e independência para relatar esses problemas	Dang (2004)

Fonte: Elaboração própria

O presente trabalho abrange somente as proxies que avaliam a qualidade “percebida” da auditoria. Uma vez escolhidos, segundo a literatura, são os mais utilizados em estudos empíricos para analisar o impacto da rotação sobre a qualidade e o mais relevante, tendo em conta a realidade Cabo – verdiana.

1.4.3. Proxies utilizadas para analisar a qualidade “percebida” da auditoria

1.4.3.1. Especialização / experiência do auditor

As normas de auditoria recomendam que o auditor deve ter um certo conhecimento sobre o cliente, o ramo de atividade, o seu negócio e de fatores que possam afetar o seu trabalho. Assim, o conhecimento do ramo de atividade e especialização é parte importante da experiencia do auditor. O pressuposto é que quanto mais o auditor

conhecer o negócio e o ramo de atividade, maior é a capacidade de avaliar, adequadamente, os riscos de as informações produzidas pela administração não representarem apropriadamente a situação da empresa. Segundo KNECHEL et al., (2007), quando o auditor adquire conhecimento da indústria do cliente consegue detetar possíveis distorções relevantes e deita baixo as hipóteses de erros de rotina. CHAMBER e PAYNE (2008) afirmam que a especialização do auditor em determinado ramo faz com que ele tenha uma compreensão mais ampla das práticas contabilísticas e tendências de segmentos, aumentando a sua habilidade para avaliar evidências e identificar problemas nas demonstrações financeiras. Contudo MEYER et al. (2007), constatou que quando o auditor passa mais tempo com o cliente, a sua capacidade em detetar distorções cai, devido ao excesso de confiança por parte dos clientes. Ele passa a exercer menos esforço. Para superar esse problema, a rotação obrigatória dos auditores é visto como uma boa solução. Sendo assim, podemos ver que a experiência do auditor é um indicador de qualidade, pois aumenta no decorrer dos anos. Neste trabalho considera-se que, a fim de manter a qualidade da auditoria, o cliente irá mudar para uma empresa com mais experiência.

1.4.3.2. Honorário dos auditores

Existem várias razões que nos levam a acreditar que existe uma relação positiva entre o honorário do auditor e a qualidade da auditoria. A verdade é que quanto mais investigações e procedimentos, vai exigir mais horas de serviço, custos mais elevados tendo em conta que usam funcionários mais experientes e especializados. Portanto isso fará com que os honorários sejam maiores GHOSH e PAWLEWICZ (2008). No entanto, quando o auditor recebe grandes honorários de auditoria fica mais suscetível de depender economicamente do cliente, portanto, obriga o auditor a ser mais resistente em inquirir o cliente durante a auditoria, temendo a perda dele. Após a Lei Sarbanes-Oxley (SOX), o total dos honorários para empresas de auditoria tem aumentado , indicando que as receitas totais de clientes de auditoria vão aumentar após a decisão de rotação da SOX . Isto é devido ao aumento de ações judiciais a que os auditores seriam expostos. Como resultado, o auditor exercerá maior esforço e tempo e isso aumentarão os custos de controlo necessários e depois disso, a qualidade GHOSH e PAWLEWICZ (2008).

Neste trabalho, os honorários de auditoria são considerados uma medida para a avaliação da qualidade da auditoria, como supõe-se que grande honorário de auditoria reflete a alta qualidade, especialmente se for realizada por uma grande empresa de auditoria, as designadas “Big Four”. Neste trabalho, consideramos que o auditor é rodado se exigir grandes honorários.

1.4.3.3. Nível de Gestão de resultado

De acordo com Watts e ZIMMERMAN (1990) citado por DANTAS (2012) a gestão de resultados ocorre quando os gestores exercem escolhas contabilísticas com ou sem restrições com o fim de maximizar o valor da empresa ou para atender objetivos oportunistas. Podemos ver que a gestão de resultados é a escolha da adoção de determinadas políticas contabilísticas, a fim de alcançar objetivos específicos dos gestores, uma vez que não transmitem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira da empresa são considerados de má qualidade. Neste sentido, podemos afirmar que cabe ao auditor externo, atuar no sentido de delimitar essas ações que podem ser caracterizadas como manipuladoras da real situação económico-financeira da empresa e penalizadoras para os stakeholders. Segundo LIM e LOBO (2010) a auditoria é um mecanismo importante para monitorar a prática de gestão de resultados pelas empresas. No entanto, o longo tempo que o auditor passa com um determinado cliente é considerado o principal fator que afeta o nível de gestão do resultado.

Verificou-se que há uma relação negativa entre o tempo que o auditor passa com o cliente e a extensão das práticas de gestão de resultado, ou seja, quanto maior for o tempo que o auditor passa com o cliente maior será a familiaridade do auditor com o sistema de comunicação do cliente. Assim mais erros materiais ou ajustes inexplicáveis nas demonstrações financeiras são detetados, afirma EBRAHIM (2010). Por outro lado constatou-se que, por vezes há uma relação positiva entre o tempo que o auditor passa com determinado cliente e o nível de gestão de resultado ou seja quanto maior for o tempo que o auditor passa com o cliente menor será a sua independência. Desta forma,

asua independência é prejudicada devido ao excesso de intimidade e ligação pessoal com o cliente, conforme afirma PIOT E GANIN (2005).

DAVIS et al, (2000) afirma que esse excesso de intimidade tornaria o trabalho do auditor mais rotineiro e sistemático, uma vez que ele iria dedicar menos esforço na detecção de distorções relevantes e as práticas de relatórios irrelevantes. Assim é importante realçar que um bom auditor deve ser independente e capaz de investigar se as informações produzidas pela gestão transmitem a imagem verdadeira da empresa e se foram produzidas de acordo com os PCGA,s.

Portanto, o grau de tolerância a tais práticas de gestão de resultados é usado como uma medida de qualidade. Quando o auditor permite más práticas de gestão de resultados, que são favorecidos pela empresa cliente, a qualidade da auditoria é prejudicada uma vez que o auditor não está seguindo a aplicação das normas internacionais de auditoria. Então consideramos que o auditor é rodado se não aprovar a prática de comunicação do cliente.

1.4.3.4. Reputação do auditor

Para DeAngelo (1981) citado por DANTAS (2012) as empresas de auditoria de maior tamanho são percebidas como sendo capazes de oferecer trabalhos de maior qualidade, além de tenderem a ser mais ativas no cumprimento das normas. O citado autor afirma que mesmo que as pequenas organizações de auditoria consigam absorver o mesmo nível de capacidade tecnológica e de competência, as grandes empresas, por terem uma maior carteira de clientes, com menor dependência de cada um deles individualmente, teriam mais condições de “perder clientes”. Isso fará com que se aumente a probabilidade das grandes empresas realizarem trabalhos de maior qualidade. A reputação do auditor é tida como um fator importante, para garantir a qualidade da auditoria. LENNOX (1999) afirma que a presunção de maior qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelas grandes empresas de auditoria se sustenta em duas hipóteses: a primeira é que teriam maior potencial de perda em relação à sua reputação; e a segunda é que estariam mais sujeitas a pagarem grandes indenizações por serem mais ricas no

entanto, LIM e LOBO (2010) entendem que as grandes empresas têm técnicos mais qualificados, dispõem de mais recursos desta forma, possuem meios para garantir uma auditoria de qualidade superior. Para KRISHNAMURTHY et al, (2006) a opinião do auditor é mais confiável, quando forem realizadas por auditores mais respeitáveis, ou seja, com uma certa reputação no mercado. MOHAMED (2010) afirma que o escândalo ocorrido num dos clientes da Arthur Anderson fez com que os investigadores comesçassem a analisar como a reputação do auditor tem impacto na percepção de qualidade no mercado de auditoria, onde se constatou que a reputação diminui, significativamente, o comprometimento da independência do auditor e isso afetará negativamente a qualidade da auditoria. Neste trabalho, a reputação do auditor é considerada uma medida da qualidade da auditoria. Como a reputação aumenta, aumenta a qualidade da auditoria. Neste trabalho, consideramos que uma empresa que quer promover a qualidade da auditoria irá mudar para um auditor com maior reputação.

1.4.3.5. Tempo de Contrato entre o auditor e a sociedade auditada

BAZERMAN (2004) citado por DANTAS (2012), afirma que as falhas de auditoria são resultados previsíveis. Segundo o citado autor, há evidências que são psicologicamente impossíveis para um auditor manter a sua objetividade em todas as situações. Desta forma os casos de falhas são inevitáveis. Sendo assim o princípio de ceticismo profissional, correspondente à postura de questionamento da veracidade de uma informação, é um dos elementos principais de sustentação da auditoria, no sentido de reduzir a possibilidade de atestar uma informação materialmente distorcida. Lys e Watts (1994) citado por DANTAS (2012) argumentam que o relacionamento auditor-cliente a longo prazo, tende a reduzir a independência profissional, o que deve refletir na qualidade da auditoria. Para eles, essa interação entre o auditor e o cliente pode ser relevante no desempenho dos trabalhos de auditoria. Neste trabalho, o tempo de contrato entre o cliente e o auditor é considerado uma medida de qualidade da auditoria, quanto maior for a interação com o cliente, melhor será a qualidade da auditoria. Daí que consideramos que uma empresa que quer promover a qualidade de auditoria irá rodar seu auditor.

CAPÍTULO II – O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DA AUDITORIA EM CABO VERDE.

Neste capítulo faremos uma breve abordagem da entidade responsável pelo exercício da profissão de auditoria em Cabo Verde (finalidades, atribuições e estatuto) e uma breve abordagem da evolução da auditoria em Cabo Verde.

2.1. A Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados

A OPACC é uma pessoa coletiva de direito público, independente do estado, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Encontra-se sedeadada na cidade da Praia com jurisdição sobre todo o território nacional, estando distribuídos os poderes de gestão por duas comissões regionais: Do Barlavento (norte do país) e do Sotavento (sul do país).

2.2. Finalidades e atribuições da OPACC

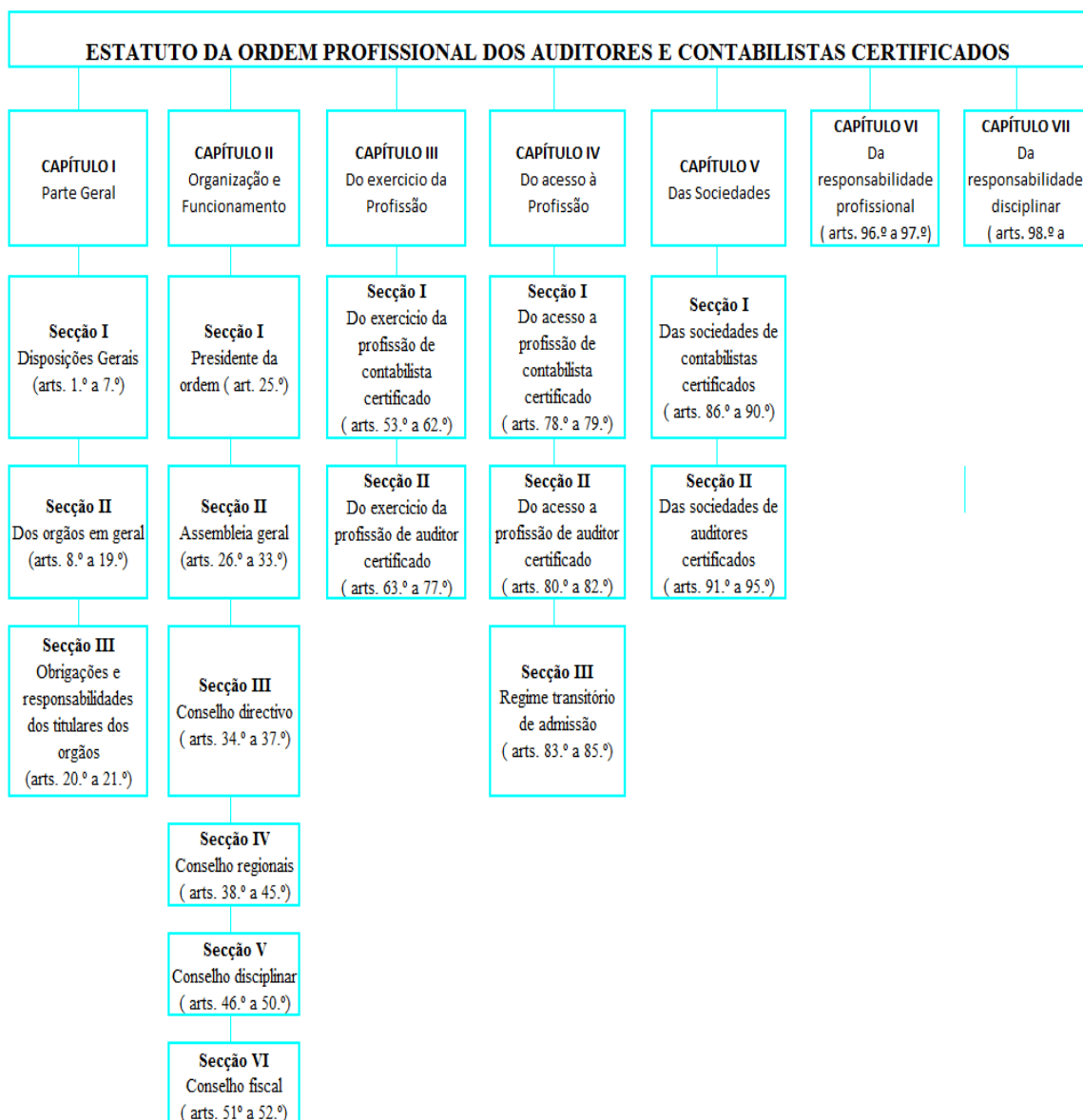
A OPACC tem as seguintes finalidades e atribuições:

- ❖ Superintender nos aspetos atinentes ao acesso, estatuto e exercício das profissões dos Auditores e Contabilistas Certificados;
- ❖ Promover e defender a função social, dignidade, prestígio e independência dos Auditores e Contabilistas Certificados;
- ❖ Organizar e manter atualizado o cadastro (lista) dos auditores e contabilistas Certificados em pleno exercício;
- ❖ Promover e contribuir para o aperfeiçoamento e a formação profissional dos associados...etc.

2.3. Os Estatutos da OPACC encontram-se estruturados conforme a figura 1

O presente estatuto foi criado em 28 de Fevereiro de 2000 pelo Decreto-Lei nº 12/2000. O diploma concede à ordem total o poder de certificar todos os profissionais de auditoria e contabilidade bem como as sociedades de auditores e contabilistas os quais não podem exercer a sua atividade em Cabo Verde sem essa certificação.

Figura 1 - Estatuto da OPACC



Fonte: Adaptado do estatuto da OPACC

2.4.O exercício da atividade da Auditoria em Cabo Verde

De acordo com a Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados (OPACC) a profissão de Auditor vem sendo exercida em Cabo Verde por, um lado, pelas firmas internacionais de auditoria mais conhecidas (nomeadamente as “big four”),

que deslocavam pontualmente, as suas equipas de auditoria para Cabo Verde e, por outro lado, por alguns peritos contabilistas e economistas nacionais, individualmente ou inseridos nas firmas nacionais de auditores e consultores ou nacionais.

É de realçar que, das “big four”, a PriceWaterhouseCoopers é a única que possui um escritório em Cabo Verde, sendo uma sucursal da PwC Portugal.

No que concerne a regulamentação legal do acesso e exercício da profissão de Auditor, este só veio a desenvolver-se a partir do ano 2000, com a criação do Decreto-lei nº 12/2000, de 28 de Fevereiro, que aprova o estatuto da OPACC, o qual esclarece e demarca as atribuições específicas e gerais da categoria profissional de Contabilista Certificados e as funções cumulativas e reservas da categoria profissional de Auditor Certificado.²

² Fonte: Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados: WWW. OPACC.CV

CAPÍTULO III – METODOLOGIA

Neste capítulo apresentaremos a metodologia utilizada para a realização do presente trabalho. Desta forma faremos uma breve apresentação metodológica que compreenderá a definição da população alvo, a recolha de dados, tratamento e análise dos dados.

3.1. APRESENTAÇÃO METODOLÓGICA

A elaboração deste trabalho cumpriu rigorosamente as normas do Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE).

Primeiramente, partiu-se com a elaboração de um projeto de monografia que aconteceu durante a frequência dos seminários, após a aceitação do projeto de trabalho deu-se início então, à elaboração da monografia.

Para a elaboração da monografia, fez-se uma seleção bibliográfica rigorosa e cuidada realçando os princípios de atualidade, objetividade e prestígio dos auditores. Essa revisão incidiu sobre livros, artigos publicados em revistas de especialidade, artigos científicos e em sites disponíveis na internet com o objetivo de segregarmos apenas as informações relevantes que serão redigidas e discutidas no trabalho.

3.1.1. Métodos utilizados

Uma vez que se procurou analisar o impacto da rotação do auditor externo na qualidade da auditoria, os métodos escolhidos para a elaboração do presente trabalho foram método quantitativo que segundo Gil (2002), é um método que, pressupõem a observação de fenómenos e a formulação de hipóteses no qual posteriormente serão testadas com a utilização de modelos matemáticos, e método descritivo. Segundo o citado autor este método permite descrever as características de determinada população, e relacionar as suas variáveis.

3.1.2. Definição da população alvo e da amostra

A população alvo deste trabalho são as empresas cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde (sociedades auditadas) e as empresas de auditoria registadas na Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde. Com base no método de amostragem aleatória simples, segundo MARÔCO (2011) neste tipo de amostragem todos os elementos são selecionados completamente ao acaso. Desta forma, foi definida uma amostra de sete empresas (n=7) no qual recaiu o inquérito por questionário 1, tendo em conta uma população de catorze (N=14) empresas cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde, conforme a tabela que se segue:

Tabela 3 - Dimensão da população e da amostra das empresas cotadas na BVCV

População		Amostra		Taxa
Nº de Empresas Cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde	Percentagem	Prevista	Realizada	De resposta
14	100%	7	7	100%

Fonte: BVCV

Para a determinação da dimensão da amostra foram definidos os seguintes critérios:

- ✓ Nível de confiança: 95% e um valor de $Z = 1,96$
- ✓ Erro amostral aceitável: 5%

$$n = \frac{\hat{p}\hat{q}}{\frac{B^2}{Z^2} + \frac{\hat{p}\hat{q}}{N}}$$

- ✓ Amostragem aleatória simples para as populações finitas:
- ✓ Fator de correção da dimensão amostral para $n/N > 0,05$: $n_{CPF} = \frac{n \cdot N}{n + (N - 1)}$

Uma vez que:

N= dimensão da população estatística

P= Proporção da amostra

n= proporção na amostra

Q = probabilidade do insucesso

Z= Valor da distribuição normal para um determinado grau de confiança para a estimativa

B= amplitude máxima de erro para obter uma estimativa da média da população.

Para as empresas de auditoria (Sociedades auditoras) registadas na OPACC, achamos, por conveniência, trabalhar com todas, uma vez que é muito reduzido o número de empresas deste sector, inscritas na OPACC. Para Reis (1999), Na amostragem por conveniência, a amostra é seleccionada em função da disponibilidade e acessibilidade dos elementos que constituem a população alvo.

Tabela 4 - Dimensão da população e da amostra das empresas inscritas na OPACC

População		Amostra		Taxa
Nº de Empresas inscritas na OPACC	Percentagem	Prevista	Realizada	De resposta
3	100%	3	3	100%

Fonte: Site OPACC

3.1.3. Recolha dos dados

A recolha dos dados fez-se através de um inquérito por questionário, anexo 2 e 3 direccionado ao conselho da administração das empresas cotadas na bolsa de valores de Cabo Verde (sociedades auditadas) e das empresas registadas na Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde (sociedades dos auditores) que foram, posteriormente, recolhidos. O questionário utilizado incluiu questões, tanto fechadas, como abertas. No que concerne a estrutura do inquérito, foi dividido em duas grandes áreas:

- Rotação dos auditores
- Qualidade da auditoria / Independência dos auditores

3.1.4. Tratamento e análise de dados

O tratamento de dados foi efetuado no programa estatístico SPSS (Statistical Package for Social Science) versão 20.0 que de acordo com MARÔCO (2011), SPSS é o software de manipulação, análise e apresentação de resultados de análise de dados de utilização predominante nas Ciências Sociais e Humanas.

3.1.5. Apresentação, análise e discussão dados

Faremos a apresentação, análise e discussão dos dados obtidos através da aplicação do inquérito por questionário executado junto das sociedades auditadas e sociedades dos auditores em Cabo Verde. Os dados serão expostos para análise em tabelas e gráficos de modo a facilitar a compreensão. A análise compreenderá duas fases: Primeiramente analisam os dados do questionário 1 e em seguida os dados do questionário ².

CAPÍTULO IV – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

Este capítulo destina-se a análise e discussão dos resultados das questões colocadas aos inqueridos. Esta análise compreenderá duas fases, primeiramente analisam os dados do questionário 1 e em seguida os dados do questionário 2.

4.1. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1.1. Análise descritiva dos resultados das empresas cotadas na BVCV

Primeiramente será exposto apenas os resultados dos inquéritos por questionário realizado junto das empresas cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

Características gerais da população

Considerando o total das empresas cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde, através da amostra aleatória simples, obtivemos uma amostra sete ($n=7$) que preencheram questionários, cujos, dados foram tratados no SPSS.

Tabela 5 - Características gerais da população

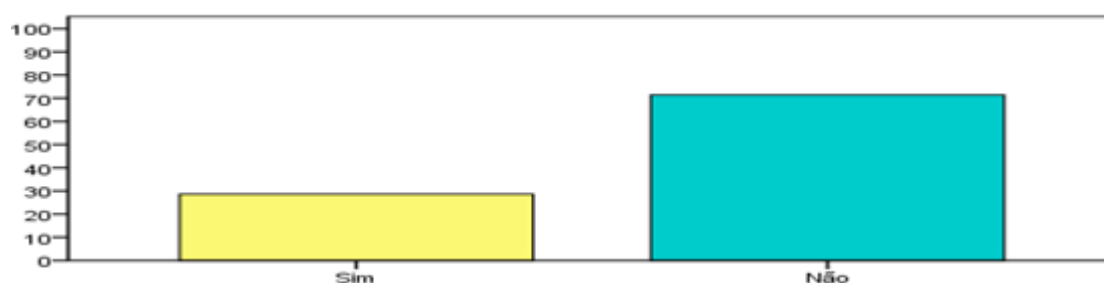
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Habilitação literária	Licenciatura	5	71,4	71,4	71,4
	Mestrado	2	28,6	28,6	100,0
	Total	7	100,0	100,0	
Ano de serviço	2	1	14,3	14,3	14,3
	3	3	42,9	42,9	57,1
	4	2	28,6	28,6	85,7
	5	1	14,3	14,3	100,0
	Total	7	100,0	100,0	
Ramo de atividade	Industrial	1	14,3	14,3	14,3
	Comercial	3	42,9	42,9	57,1
	Financeiro	2	28,6	28,6	85,7
	Outro	1	14,3	14,3	100,0
	Total	7	100,0	100,0	

Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

Da população estudada, verificou-se que (n=5;71%) possuem licenciatura e (n=2;29%) têm mestrado. Ainda sobre a população em estudo, (n=3;43%) afirmam que prestam serviço à administração, há três (3) anos. É de salientar, também, que (n=3;43%) dos inquiridos actuam no ramo comercial.

Foi questionado aos inquiridos se houve rotação das sociedades de auditoria durante o seu período de administração.

Gráfico I - Rotação do Auditor Externo



Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

Cerca de (n=5;71%) afirmam não haver essa rotatividade, porém (n=2;29%) tem opinião contrária.

Uma vez questionados acerca da rotação das equipas de auditoria, mostrou-se pertinente saber como é aplicada essa rotação, para isso fez – se o seguinte cruzamento das variáveis.

O resultado apontou que, dos inquiridos que afirmaram que houve rotação das equipas de auditoria, a grande maioria (n=4;57%) confirmou que essa rotação deu-se através de alteração dos membros de auditoria e apenas (n=1;14%) afirma que houve alteração do sócio responsável.

Tabela 6 - Cruzamento das variáveis "rotação das equipas de auditoria" e "como e aplicada" essa rotação

		Como é aplicada a rotação às equipas		Total
		Alteração dos membros das equipas	Alteração do sócio responsável	
Houve rotação das equipas de auditoria?	Sim	4	1	5
		57%	14%	71%
	Não	2	0	2
		29%	0%	29%
Total		6	1	7
		86%	14%	100%

Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

Tendo em conta os argumentos dos defensores e opositores a rotação obrigatória dos auditores foi questionada aos inquiridos, no sentido de recolher / conhecer as suas opiniões em torno dessas duas teorias. qual a sua opinião em torno dessas duas teorias.

Desta forma constatámos que, (n=6;86%) dos inquiridos concordam que a rotação obrigatória melhorará a qualidade da auditoria e (n=1;14%) têm opinião contrária. Os dados da tabela indicam que, (n=6;86%) dos inquiridos são de opinião que a rotação dará mais agilidade e capacidade ao atual auditor de detetar omissões que o seu antecessor poderia ter ignorado e (n=1;14%) tem opinião contrária. No entanto, a minoria (n=1;14%) considera que a rotação faz aumentar o risco de fraude e não promove a qualidade da auditoria, enquanto que, (n=6;86%) tem opinião contrária. Também verificamos que (n=5;71%) não afirmam que a rotação faz aumentar o custo de auditoria e os restantes (n=2;29%) não têm opinião formada.

Tabela 7 - Análise das respostas sobre a rotação do auditor externo

Rotação obrigatória do auditor Externo	Sim	Não	Não tem opinião formada	Total
Concorda que a rotação obrigatória dos auditores/ firmas irá contribuir para melhorar a qualidade da auditoria?	6	1	0	7
	86%	14%	0%	100%
Concorda que a rotação obrigatória dos auditores/ firmas dará mais agilidade e capacidade de detetar omissões que o seu antecessor poderia ter ignorado?	6	1	0	7
	86%	14%	0%	100%
Concorda que a rotação obrigatória dos auditores / firmas de auditoria faz aumentar o risco de fraude e não promove a qualidade da auditoria?	1	6	0	7
	14%	86%	0%	100%
Concorda que a rotação obrigatória dos auditores faz aumentar o custo de auditoria?	5	2	0	7
		71%	29%	100%

Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

Da necessidade de analisar se existe relação entre os que concordam que a rotação obrigatória dos auditores irá contribuir para melhorar a qualidade dos trabalhos e os que afirmam que a longa relação estabelecida entre o auditor e o cliente aumenta a qualidade da auditoria fez – se o seguinte cruzamento de variáveis:

Tabela 8 - Cruzamento das variáveis "rotação obrigatória dos auditores contribui para melhorar a qualidade dos trabalhos dos auditores" e "relação estabelecida entre o auditor e cliente aumenta a qualidade da auditoria".

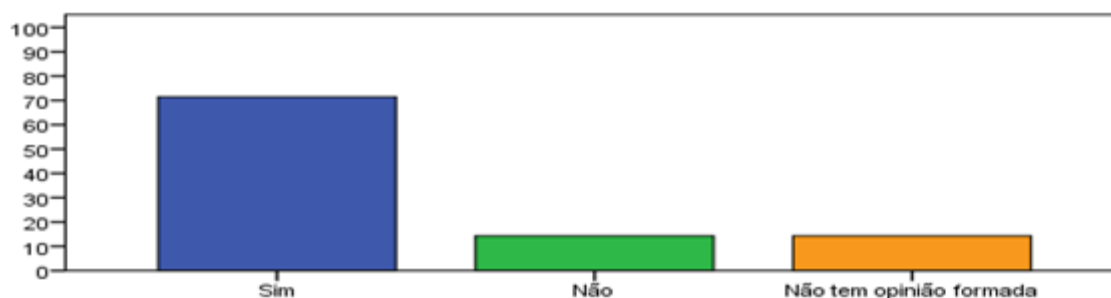
		A longa relação estabelecida entre o auditor e cliente aumenta a qualidade da auditoria?			Total
		Sim	Não	Não tem opinião formada	
Concorda que a rotação obrigatória dos auditores / firmas irá contribuir para melhorar a qualidade dos trabalhos dos auditores?	Sim	1	4	1	6
		14%	57%	14%	86%
	Não	0	1	0	1
		0%	14%	0%	14%
	Total	14%	72%	14%	100%

Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

Seis, de entre os sete inquiridos da nossa amostra ($n=6;86\%$), afirmam que a rotação obrigatória irá contribuir para melhorar a qualidade dos trabalhos dos auditores. De entre os seis a maioria ($n=4;57\%$) não concorda que a longa relação estabelecida entre o auditor e o cliente aumenta a qualidade da auditoria, apenas um ($n=1;14\%$) tem opinião contrária e um ($n=;14\%$) não tem opinião formada, enquanto um ($n=;14\%$) não concorda que a rotação irá contribuir para melhorar a qualidade dos trabalhos dos auditores.

Foi questionado aos inquiridos se concordam que a rotação do auditor externo afeta a qualidade da auditoria.

Gráfico II - A rotação do auditor externo afeta a qualidade da auditoria



Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

Verificou-se que (n=5;71%) concordam que a rotação do auditor externo afeta a qualidade da auditoria no entanto, (n=1;14%) tem opinião contrária e o restante (n=1;14%) não tem opinião formada.

Durante a elaboração deste trabalho, constatamos que existem alguns fatores que são importantes para garantir a qualidade de uma auditoria, nomeadamente, a independência dos auditores, a aplicação das normas internacionais de auditoria. Desta forma perguntamos aos nossos inquiridos quais desses consideram mais relevantes para garantir a qualidade da auditoria.

Tabela 9 - Fatores importante que garantem a qualidade da auditoria

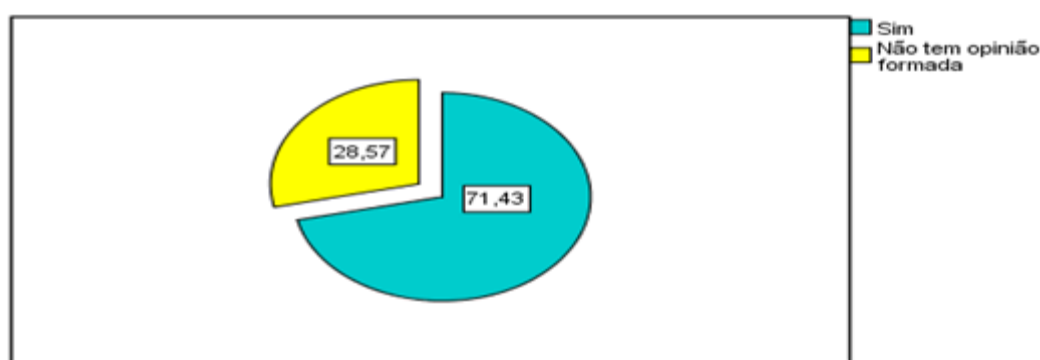
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Independência dos auditores	3	42,9	42,9	42,9
Valid Aplicação das NIA	4	57,1	57,1	100,0
Total	7	100,0	100,0	

Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

Como nos mostra a tabela acima, por uma margem muito pequena a maioria (n=4;57%) considera a aplicação das normas internacionais como sendo o fator mais relevante para garantir a qualidade da auditoria.

Procurou-se saber, junto das sociedades auditadas, se consideram que o quadro legal atual garante a independência necessária para os trabalhos dos auditores certificados.

Gráfico III - O quadro legal atual garante a independência necessária para os trabalhos dos auditores em Cabo Verde.



Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

O gráfico acima é claro, ao mostrar que (n=5;71%) consideram que o quadro legal atual garante a independência necessária para os trabalhos dos auditores em Cabo Verde e (n=2;28%) têm opinião contrária.

4.1.2. Análise do modelo de regressão

Com base nos dados das empresas cotadas na BVCV, pretendeu – se saber se a experiência do auditor (**EXP-AUD**), reputação do auditor (**REP-AUD**), tempo de contrato (**TC**), honorário do auditor (**HA**) e nível de gestão de resultado (**NGR**) se explicam ou não a rotação do auditor da rotação do auditor (**RA**). Para isso, será apresentado um modelo inicialmente criado, testes e análises estatísticas que determinaram o modelo final do nosso estudo.

4.1.2.1. Modelo inicial de regressão

$$RA = \beta_0 + \beta_1 (EXP-AUD) + \beta_2 (REP-AUD) + \beta_3 (TC) + \beta_4 (HA) + \beta_5 (NGR) + \varepsilon$$

4.1.2.2. Análise descritivas das variáveis

Tendo em conta as respostas acolhidas apresentamos desta forma um quadro recapitulativo das estatísticas descritivas associadas as variáveis que compõem o nosso modelo.

Tabela 10 - Estatística descritiva das variáveis

Descriptive Statistics					
	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
Experiência dos auditores	7	1	2	1,29	,488
Honorário dos auditores	7	1	2	1,29	,488
Nível de gestão de resultado	7	1	2	1,57	,535
Reputação do auditor	7	1	2	1,43	,535
Tempo de contrato	7	1	2	1,71	,488
Valid N (listwise)	7				

Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

De acordo com a nossa tabela, as variáveis como a experiência dos auditores e honorários dos auditores, apresentam uma média de 1,29 e um desvio padrão de 0,488. Quanto ao nível de gestão, apresenta uma média de 1,57 e um desvio padrão de 0,535. Quanto a variável reputação do auditor, apresenta uma media de 1,43 e um desvio padrão de 0,535. Por ultimo a variável tempo de contrato apresenta uma media de 1,71 e um desvio padrão de 0,488, respetivamente.

4.1.2.3. Análise Bivariada -Teste do Qui –quadrado

Com o objetivo de saber se existe relação entre as variáveis “experiencia dos auditores” e “honorários de auditoria”.

Tabela 11 - Teste do Qui - Quadrado das variáveis "Experiência dos auditores" e "honorário dos auditores"

	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,467 ^a	1	,495	1,000	,714
Continuity Correction ^b	,000	1	1,000		
Likelihood Ratio	,738	1	,390		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	,400	1	,527		
N of Valid Cases	7				

a. 4 cells (100,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,29.

Fonte: Adaptado dos dados adquiridos

H0 (Hipótese nula): As variáveis “Experiência dos auditores” e “Honorário dos auditores” são independentes.

H1 (Hipótese alternativa): As variáveis “Experiência dos auditores” e “Tempo de contrato” são dependentes.

Sendo $p\text{-value} = 0,495 > \alpha = 0.05$, não rejeitamos a hipótese das variáveis serem independentes (H0). Portanto não existe evidência estatística para aceitar a hipótese alternativa de que são dependentes (não existe relação entre as duas variáveis).

SIG SPSS > SIG FIXADO = Não rejeitar H0

Tabela 12 - Teste do Qui - Quadrado das variáveis "Experiência dos auditores" e "Tempo de contrato"

	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	2,917 ^a	1	,088		
Continuity Correction ^b	,263	1	,608		
Likelihood Ratio	2,969	1	,085		
Fisher's Exact Test				,286	,286
Linear-by-Linear Association	2,500	1	,114		
N of Valid Cases	7				

a. 4 cells (100,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,29.

Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

H0 (Hipótese nula): As variáveis “Experiência dos auditores” e “Honorário dos auditores” são independentes.

H1 (Hipótese alternativa): As variáveis “Experiência dos auditores” e “Tempo de contrato” são dependentes.

Sendo $p\text{-value} = 0,088 > \alpha = 0.05$ não rejeitamos hipótese das variáveis serem independente (H0), portanto não existe evidência estatística para aceitar a hipótese alternativa de que são dependente (não existe relação entre as duas variáveis).

SIG SPSS > SIG FIXADO = Não rejeitar H0

4.1.2.4. Correlação Linear Simples das Variáveis

O coeficiente de correlação é uma medida do grau de associação linear entre as variáveis X e Y³. O coeficiente de correlação varia entre -1 e 1 e deve ser interpretado da seguinte forma:

0: ausência de correlação;

³ Apontamentos estatística Descritiva, Capítulo 6. ISEGI – UNL. Ano lectivo 2003-2004

+/-]0 – 0,25]: correlação muito fraca;

+/-]0,25 – 0,40] correlação fraca;

+/-]0,40 – 0,60] correlação média;

+/-]0,60 – 0,75] correlação média forte;

+/-]0,75 – 0,90] correlação forte;

+/-]0,90 – 1[correlação muito forte;

+/- 1 correlação perfeita

Tabela 13 - Coeficiente de correlação entre as variáveis

		Experiência dos auditores	Tempo de contrato	Reputação do auditor	Nível de gestão de resultado	Honorário dos auditores
Experiência dos auditores	Pearson	1	,645	-,167	,167	-,258
	Correlation					
	Sig. (2-tailed)		,117	,721	,721	,576
Tempo de contrato	N	7	7	7	7	7
	Pearson	,645	1	-,258	,258	-,400
	Correlation					
Reputação do auditor	Sig. (2-tailed)	,117		,576	,576	,374
	N	7	7	7	7	7
	Pearson	-,167	-,258	1	,167	,645
Nível de gestão de resultado	Correlation					
	Sig. (2-tailed)	,721	,576		,721	,117
	N	7	7	7	7	7
Honorário dos auditores	Pearson	,167	,258	,167	1	-,645
	Correlation					
	Sig. (2-tailed)	,721	,576	,721		,117
	N	7	7	7	7	7
	Pearson	-,258	-,400	,645	-,645	1
	Correlation					
	Sig. (2-tailed)	,576	,374	,117	,117	
	N	7	7	7	7	7

Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

4.1.2.5. Modelo final de regressão

Partindo do modelo inicial e depois de fazer alguns testes e análises, chega-se ao seguinte modelo final de regressão que de acordo com os resultados testados é o mais explicativo. Para estimar esta regressão final, utilizou-se o método Enter..

Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,830 ^a	,689	,067	,365

A correlação entre as variáveis é forte ($R=0,830$) e o coeficiente de determinação é médio forte ($RSquare = 0,689$). Ou seja 69% da rotação do auditor – variável dependente é explicada pelas variáveis tempo de contrato, reputação do auditor, nível de gestão de resultado e experiencia do auditor – variáveis independente.

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
	Regression	1,314	4	,329	,274	,000 ^b
1	Residual	2,400	2	1,200		
	Total	3,714	6			

Coefficients^a

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
	(Constant)	1,867	1,363		1,370	,000
	Experiência dos auditores	,200	,462	,258	,433	,007
1	Nível de gestão de resultado	-,467	,353	-,660	-1,323	,017
	Reputação do auditor	-,333	,422	-,471	-,0791	,012
	Tempo de contrato	,133	,353	,172	,378	,046

a. Dependent Variable: Rotação do auditor

$$RA = 1,867 + 0,200(EXP-AUD) - 0,333(REP-AUD) + 0,133(TC) - 0,467 (NGR) + 0,267$$

4.1.3. Análise descritiva dos resultados das empresas registadas na OPACC

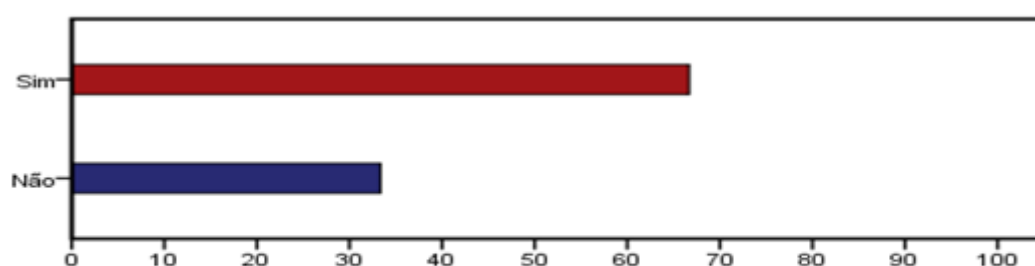
Em seguida, serão expostos, os resultados dos inquéritos, por questionário, realizado junto das empresas registadas na OPACC.

Características gerais da população

Considerando o total das empresas registadas na OPACC três (n=3) que preencheram questionários cujos dados foram tratados no SPSS.

Procurou-se, em primeiro lugar, saber, se as empresas de auditoria em Cabo Verde aplicam o conceito da rotação dos auditores / sócio responsável pela auditoria.

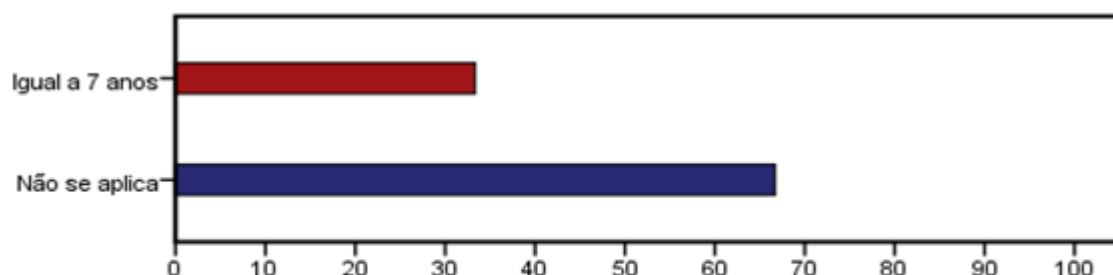
Gráfico IV - Inexistência da rotação dos auditores / sócios responsáveis pela auditoria



Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

Constatou-se, que cerca de (n=2;67%) do total afirmam que não aplicam este conceito e (n=1;33%) tem opinião contrária. Uma vez que existe rotação do sócio responsável, achou-se pertinente saber qual é o período de rotação.

Gráfico V - Período da rotação do sócio responsável pela auditoria

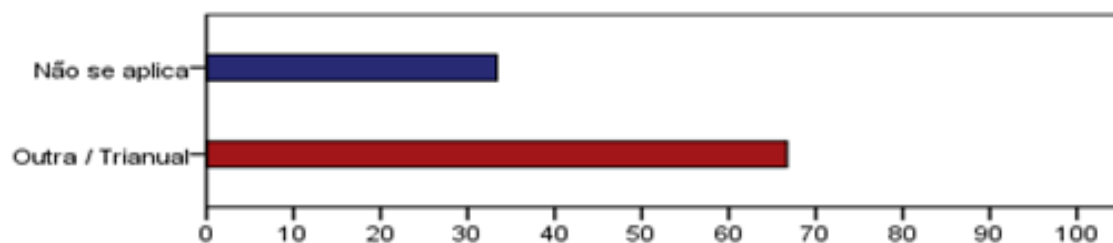


Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

Somente uma das empresas afirma aplicar o conceito de rotação. Acrescenta que o período de rotação do sócio responsável pela auditoria ao fim de sete (7) anos.

Foi questionado às empresas se aplicam o conceito da rotação das equipas de auditoria.

Gráfico VI - Frequência da rotação das equipas por cliente

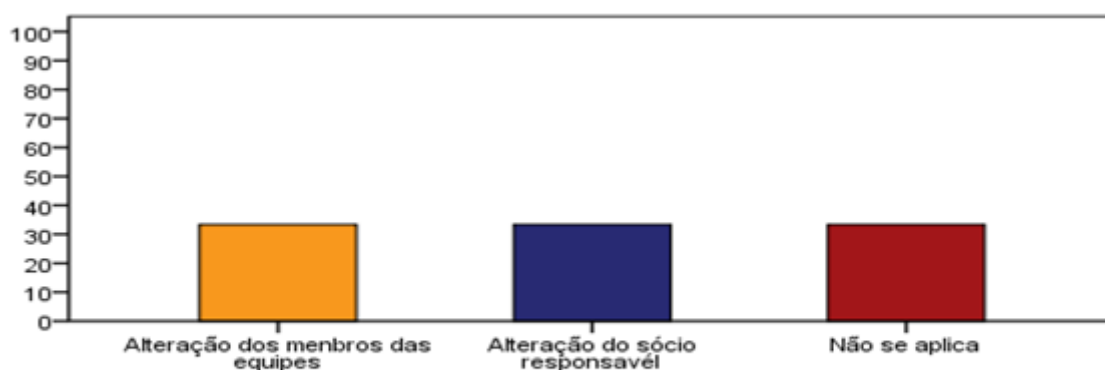


Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

Cerca de (n=2;67%) dos inquiridos afirmam que, de três em três anos (trianual) são alteradas as equipas por cliente. Entretanto (n=1;33%) não mudam as equipas.

Quanto à forma de rotação das equipas (n=1;33%), afirmam que há alteração dos membros das mesmas, (n=1;33%) altera o sócio responsável e o restante (n=1;33%) não aplica a rotação das equipas.

Gráfico VII - Como é aplicada a rotação às equipas.



Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

Da mesma forma que buscamos a opinião das sociedades auditadas sobre os argumentos das duas correntes, que discutem a questão da rotação obrigatória dos auditores, procurou-se também saber as opiniões dos auditores cabo-verdianos sobre essa temática.

Verificamos que, dois (n=2;67%) concordam que a rotação obrigatória dos auditores irá melhorar a qualidade dos trabalhos dos auditores e dará mais agilidade e capacidade do atual auditor detetar omissões que o seu antecessor poderia ter ignorado. Contudo um (n=1;33%) não concorda com estas ideias. Constatámos que (n=3;100%) dos inquiridos não concordam com o estudo da AICPA, que afirma que a rotação dos auditores faz aumentar o risco de fraude e não promove a qualidade da auditoria. Quando questionados com o possível aumento de custos de auditoria, dois (n=2;67%) afirmam que a rotação não faz aumentar o custo da auditoria e um (n=1;33%) tem opinião contrária.

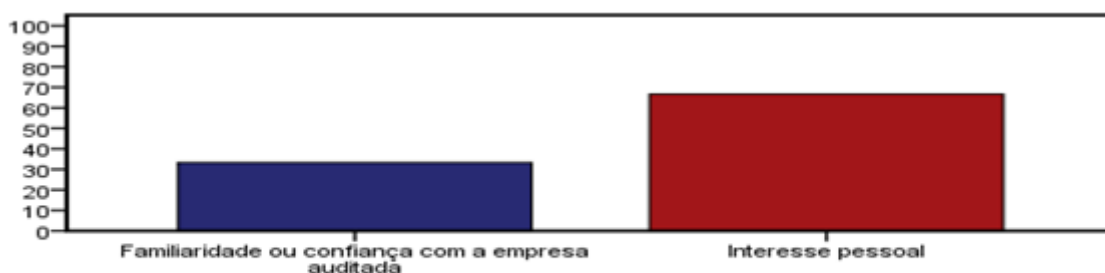
Tabela 14 - Resposta relativa a questão da rotação do auditor

Rotação do auditor Externo	Sim	Não	Não tem opinião formada	Total
Concorda que a rotação obrigatória dos auditores/ firmas irá contribuir para melhorar a qualidade da auditoria?	2	1	0	3
	67%	33%	0%	100%
Concorda que a rotação obrigatória dos auditores/ firmas dará mais agilidade e capacidade de detetar omissões que o seu antecessor poderia ter ignorado?	2	1	0	3
	67%	33%	0%	100%
Concorda que a rotação dos auditores / firmas de auditoria faz aumentar o risco de fraude e não promove a qualidade da auditoria?	0	3	0	3
	0%	100%	0%	100%
Concorda que a rotação obrigatória dos auditores faz aumentar o custo de auditoria?	1	2	0	3
	33%	67%	0%	100%

Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

Segundo BARROTE (2004) a independência do auditor é fundamental para assegurar a confiança do público na fiabilidade dos seus relatórios. Sendo assim foi questionado dos inquiridos sobre qual seria a principal ameaça à sua independência.

Gráfico VIII - A principal ameaça a independência dos auditores

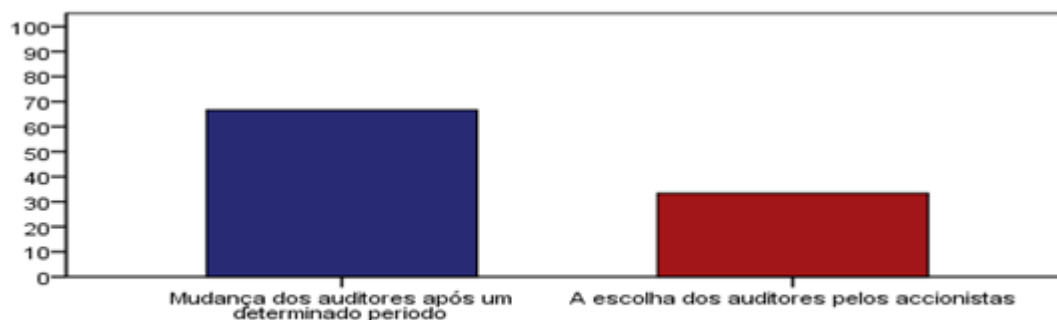


Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

Cerca de (n=2;67%) consideram o interesse pessoal como sendo a principal ameaça e (n=1;33%) afirma que se sente mais ameaçado pela familiaridade com a empresa auditada.

Desta forma, procuramos conhecer qual seria a melhor forma de melhorar a sua independência.

Gráfico IX - A melhor forma de melhorar a independência dos auditores



Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

Constatou-se que, (n=2;67%) consideram que a melhor forma de melhorar a independência é a mudança dos auditores, após um determinado período e apenas (n=1;33%) considera a escolha dos auditores pelo acionista como uma forma de melhorar a independência do mesmo.

Tabela 15 - A rotação afeta a qualidade da auditoria

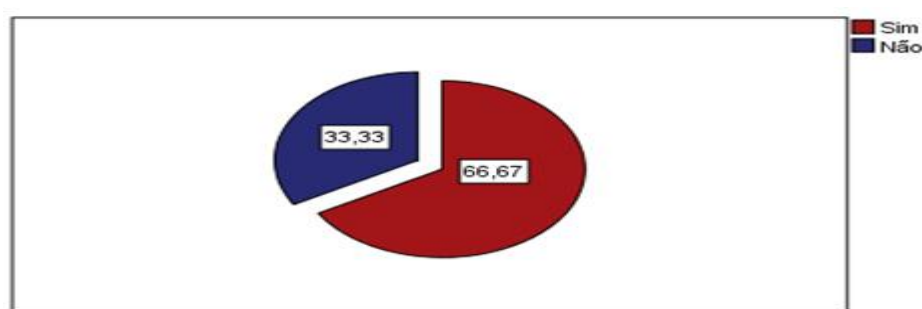
	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
Concorda que a rotação do auditor afeta a qualidade da auditoria	3	1	1	1,00	,000
Valid N (listwise)	3				

Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

Segundo, os resultados descritivos da tabela 15 podemos ver que a totalidade dos (n=100;) concordam que a rotação do auditor afeta a qualidade da auditoria.

Quando questionados se o quadro legal actual garante a independência necessária para os trabalhos dos auditores em Cabo Verde, cerca de (n=2;67%) afirmam que sim e (n=1;33%) tem opinião contrária.

Gráfico X - O quadro legal atual garante a independência necessária para os trabalhos de auditoria em Cabo Verde



Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

Foi questionado aos auditores como consideram o papel da OPACC na promoção da atividade da auditoria.

Tabela 16 - O papel da OPACC na promoção da auditoria

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Razoável	3	100,0	100,0	100,0

Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

A tabela mostra que por unanimidade ($n=3;100\%$) dos auditores consideram como sendo razoável o trabalho que a OPACC vem desenvolvendo no âmbito da atividade da auditoria.

4.2. Discussão dos resultados da investigação

A discussão dos resultados vai ser efetuada com base, no objectivo geral e na hipótese desenvolvida, para a realização do presente trabalho. Faremos uma comparação entre, os resultados obtidos, os testes estatísticos efectuados e a literatura.

Com vista, a analisar o impacto da rotação do auditor externo na qualidade da auditoria, construímos um modelo que, explica as razões por detrás da rotação do auditor externo. O modelo inicialmente introduzido incluiu variáveis como, a experiência do auditor, honorário do auditor, nível de gestão de resultados, reputação do auditor e tempo de contrato com o cliente.

Após a realização de vários testes estatísticos, constatamos que as empresas que querem promover a qualidade da auditoria, mudarão de auditor para um outro que tenha mais experiência. Segundo MEYER et al . (2007), quando o auditor passa mais tempo com o cliente, a sua capacidade em detetar distorções cai, devido ao excesso de confiança por parte dos clientes.

Verificamos que, para manter a qualidade da auditoria as empresas mudarão de auditor, mesmo tendo uma grande reputação. Para MOHAMED (2010), a reputação diminui, significativamente o comprometimento, da independência do auditor e isso afetará negativamente a qualidade da auditoria.

Comprovamos que, as empresas mudarão de auditor caso este não aprovar as suas praticas de comunicação. Conforme LIM e LOBO (2010) a auditoria é um mecanismo importante para monitorar a prática de gestão de resultados pelas empresas.

Por fim confirmamos que o tempo que o auditor passa com o cliente não fará com que ele não seja rodado ou seja o auditor e rodado mesmo tendo longos anos de contrato com o cliente. Lys e Watts (1994) citado por DANTAS (2012) argumentam que o relacionamento auditor-cliente ao longo prazo tende a reduzir a independência profissional, o que deve refletir na qualidade da auditoria.

No entanto, o honorário do auditor não foi constatado, como motivo para mudança do auditor externo.

Como podemos ver, uma rotação do auditor externo tem impacto, tanto positivo como negativo na qualidade da auditoria das empresas cotadas na BVCV.

Para a elaboração deste trabalho formulou-se a seguinte hipótese de investigação:

H1: *A rotação dos auditores externos afeta a qualidade da auditoria*”.

De acordo com, a estatística descritiva do gráfico II e da tabela 15, podemos afirmar que a nossa hipótese de investigação é aceitável tanto para as sociedades auditadas como para as sociedades dos auditores.

CONCLUSÃO

Este trabalho aborda, o conceito da rotação do auditor externo de modo a aumentar a independência e assim melhorar a qualidade da auditoria. O respeito pelas normas do ISCEE, para elaboração do trabalho de fim de curso, foi a nossa principal preocupação, no qual esperamos atender às expectativas.

O tema exposto neste trabalho é relevante em Cabo Verde, uma vez que não existe nenhum trabalho que concentra em analisar o impacto da rotação do auditor externo na qualidade da auditoria. E também devido a um aumento das empresas cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde, deste modo, vai ser útil dispor de um trabalho que retrata essa temática.

Realço algumas das principais conclusões obtidas, durante a elaboração neste trabalho, bem como algumas recomendações que achamos necessário.

- A Auditoria Externa tem como propósito verificar se as demonstrações financeiras estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com o referencial de relato aplicável.
- Em Cabo verde existe uma rotação voluntária dos auditores, uma vez que não existe nenhuma prescrição legal que exige a rotação obrigatória.
- Uma percentagem muito reduzida da amostra estudada, não aplica o conceito da rotação dos auditores externos, existindo apenas rotação das equipas de auditoria, basicamente os membros dos mesmos.
- Podemos afirmar que, compreendem o conceito da rotação obrigatória, e existem evidências que nos faz acreditar que defendem essa ideia.

- As empresas compreendem que, a rotação obrigatória melhorará a qualidade da auditoria e acreditam que a relação a longo prazo entre o auditor e o cliente não aumentará a qualidade da auditoria.
- Os auditores apontam o interesse pessoal, como sendo, a principal ameaça a sua independência, e apontam a mudança periódica dos auditores, como sendo a solução para atenuar essa ameaça.
- Ações de promoção da auditoria desenvolvida pela OPACC é considerada como sendo razoável
- O quadro legal actual garante a independência necessária para os trabalhos dos auditores

Numa síntese final e visando dar resposta à pergunta de partida inicialmente formulada, pode-se afirmar que a permanências das equipas de auditoria por um longo período de tempo afeta a independência e a objectividades da auditoria, diminuindo a qualidade do produto final. Somos de opinião que a permanência das equipas de auditoria por um longo período conduz a perda de qualidade dos profissionais do ramo, um tempo prolongado pode conduzir o auditor a familiarizar-se com o cliente, colocando em causa a sua independência, e o resultado final da auditoria.

Serão expostos algumas recomendações, tanto para a comunidade académica, como para a comunidade profissional.

a) Comunidade profissional (OPACC);

- ❖ Organizar e manter actualizado o cadastro dos auditores certificados;
- ❖ Desenvolver actividades que promovem a auditoria;
- ❖ Criar controlos que fomentem a independência dos auditores;

b) Comunidade académica;

Em outras pesquisas poderá ser útil a comunidade académica analisar:

- ❖ O impacto da rotação do auditor externo no custo da auditoria;
- ❖ A experiência do auditor como determinante da qualidade da auditoria;
- ❖ Determinar o nível, de independência dos auditores cabo-verdianos;

Acredita-se que os objectivos preconizados, foram alcançados e as hipóteses desenvolvidas foram confirmadas. Qualquer trabalho científico, requer actualizações de conceitos, e métodos de abordagem. Sendo assim não podemos afirmar que é um produto final e nem está isento de opiniões que possam contribuir para a melhoria.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, M. C. (2003). Auditoria: Um curso moderno e completo. 6ª Edição. Atlas, São Paulo.
- ATTIE, W. (1998). Auditoria: conceitos e aplicações. 3ª Edição. Atlas, São Paulo.
- BARROTE, Isabel. (2004) A Independência no trabalho do auditor e na governação das empresas. [Consult. 29 de Jan. de 2014 as 01:08], Disponível na internet: <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/51/Auditoria.pdf>.
- BARTON, Marquita Toinette (2002) Analysis of Mandatory Auditor Rotation, [consult. 02 de Fev. de 2014 ás 01:13] Disponível na internet: http://trace.tennessee.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1512&context=utk_chanho_noproj
- BEHN, B.K; CHOI, Y; KANG T (2008). Audit quality and properties of analyst earning forecast. The accounting Review.
- CHAMBERS, D; PAYNE, J (2008). Audit and the accrual annaly. SSRN Working papers
- Codigo de Etica do IFAC – Internacional Ethics Standars Boards for Accountants. [consult. 26 de Jan.de 2014 ás 11:53] Disponível na internet : <http://www.ifac.org/sites/default/files/publications/files/Codigo-de-Etica-Code-of-Ethics-Spanish-Translation.pdf>
- COSTA, C. B. (2010). Auditoria Financeira: Teoria & Pratica. 9ª Edição Reis dos Livros, ISBN 978-989-8305-11-4, Lisboa.
- DANG, L (2004). Assessing actual audit quality. Philadelphia, USA (thesis PhD in Business Administration: Drexel University.
- DANTAS, JOSÉ ALVES (2012). Auditoria em Instituição Financeira: Determinantes da Qualidade no Mercado Brasileiro. [consult.15 de AGO. de 2013 ás] Disponível na internet:
- DAVIDSON III, Wallace N., Pornsit Jiraporn and Peter DaDalt (2005). Causes and Consequences of Audit Shopping: An Analysis of Auditor Opinions, Earnings Management, and Auditor Changes. Working paper. [consult. 01 de Nov. de 2013

às 12:55] Disponível na internet:
<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1463426>

- DAVIS, Larry R., Billy Soo, Greg Trompeter (2008). Auditor Tenure and the Ability to Meet or Beat Earnings Forecasts. *Working Paper Series, Boston College*.
- Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Maio de 2006 Europeia. [consult. 03 de Out. de 2013] Disponível na internet: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:157:0087:0107:PT:PDF>
- DYE, R. A. Auditing Standards, legal liability, and auditor wealth. *The Journal of Political Economy*, V. 101. Nº5
- EBRAHIM, Ahmed., (2001). Auditing Quality, Auditor Tenure, Client Importance and Earnings Management: An Additional Evidence. In: Rutgers University Working Paper Series
- Fédération des Experts European, Study Mandatory Rotation of Audit Firms, (2004). [consult. 10 de Set. De 2013 às 14:55] Disponível na internet: <http://www.grahambishop.com/DocumentStore/FEEStud%20MandatoryRotation%20201004.pdf>
- GHOSH, Alope and Robert Pawlewicz (2008). The Impact of Regulations on Auditor Fees: Evidence from the Sarbanes-Oxley Act. *Working Paper Series, City University of New York*.
- Gil, A.C. (2002). Como elaborar projectos de pesquisa, 4ª Edição, São Paulo ; Atlas [consult. 06 de Set. De 2013 às 10:13] Disponível na internet: http://www.proppi.uff.br/turismo/sites/default/files/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf.
- HAYES, R; DASSEN, R; SCHILDER, A; WALLAGE, P; (2005). Principles of auditing and introduction to international standards on auditing. 2ª edição Harlow, England Prentice Hall.
- IFAC (2010). Manual das Normas Internacionais de controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros trabalhos de garantia de fiabilidade e serviços relacionados. Edição 2010. Parte 1.

- JACKSON, Andrew B., Michael Moldrich and Peter Roebuck (2007). Mandatory Audit Firm Rotation and Audit Quality. Working papers series of the University of New South Wales. [consult. 01 de Nov. de 2013 às 9:33] Disponível na internet: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1000076
- KIM, Jeong-Bon, Byron Y. Song, Judy S. L. Tsui (2007). Auditor Quality, Tenure, and Bank Loan Pricing. Working Paper Series, City University of Hong Kong. [consult. 03 de Fev. de 2014 às 13:46] Disponível na internet: <http://link.springer.com/article/10.1007/s11156-011-0270-z#page-1>
- KNECHEL, W. Robert and Jeff L. Payne (2001). Additional Evidence of Audit Report Lag. Auditing Journal of Theory and Practice, vol. 20, No. 1
- KRISHNAMURTHY, Srinivasan, Zhou, Jian., and Zhou, Nan. (2006). Auditor Reputation, Auditor Independence, and the Stock-Market Impact of Andersen's Indictment on Its Client Firms. In: Contemporary Accounting Research.
- LENNOX, Clive S. (1999). Audit Quality and Auditor Switching: Some Lessons for Policy Makers. *Working paper Series of the Economics Department of the University of Bristol*.
- LOPES DE SÁ, A. (2002) Curso de auditoria. 10ª Edição editora atlas, São Paulo.
- LU, Tong (2005). Does Opinion Shopping Impair Auditor Independence and Audit Quality? *Journal of Accounting Research*, vol. 44, No. 3
- MANITA, R (2009). The quality of audit process: Proposal of scaling measure.
- MARÔCO, João (2011). Análise Estatística com o SPSS Statistics. 5ª Edição. Pero Pero Pinheiro.
- MEYER, Michael J., John T. Rigsby and Jeff Boone (2007). The Impact of Auditor-Client Relationships on the Reversal of First-Time Audit Qualifications. *Managerial Auditing Journal*, vol.22, No. 1
- MOHAMED, Mostafa Diana (2010). The Impact of the Auditor Rotation on The Audit Quality: A Field Study from Egypt. Working Paper Series, The German University. [consult. 10 de Set. De 2013 às 15:35] Disponível na internet: http://mgt.guc.edu.eg/wpapers/023mostafa_habib2010.pdf

- PIOT, Charles., and Ganin, Remi., (2005). Audit Quality and Earnings Management in France. Working Paper Series.
- SAMAGAIO, António (2008) Instituto Superior de Economia e Gestão- Universidade Técnica de Lisboa [consult. 01 de Jan. de 2014 às 20:28] Disponível na internet: http://www.iseg.utl.pt/aula/cad1545/af_parte1.pdf
- Sarbanes-Oxley Act of 2002. Corporat Sec 203 [consult. 02 de Fev. de 2014 às 8:15] Disponível na internet: <https://www.sec.gov/about/laws/soa2002.pdf>
- VANSTRAELEN, A. (2000). Impact of Renewable Long-Term Audit Mandates on Audit Quality. In: The European Accounting Review, vol. 9 No.

ANEXO I – CARTA DE APRESENTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Carta de apresentação do questionário

Gilda Isabel Afonso Monteiro

Ponta d'agua

Tel: 9518342

E-mail: gamonteiro.1@gmail.com

Assunto: Questionário de Licenciatura

No âmbito da elaboração do trabalho fim de curso intitulada “ **IMPACTO DA ROTAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO NA QUALIDADE DA AUDITORIA**”, venho através desta solicitar o seu contributo através do preenchimento do pequeno questionário que vem em anexo.

A informação recolhida é rigorosamente confidencial, será processada de forma agregada e destina-se unicamente à finalidade acima referida.

Agradecida pela atenção dispensada e permitindo a ousadia solicito se possível, o envio tempestivo do questionário (folha de respostas) preenchidos até 5 de Março de 2014.

Praia, 19 de Fevereiro de 2014

Gilda I.A.Monteiro

ANEXO II – QUESTIONÁRIO I

INSTITUTO SUPERIOR DE CIENCIAS ECONOMICAS E EMPRESARIAIS
LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO
RAMO: AUDITORIA

O presente questionário destina-se á realização de um estudo intitulado “ **IMPACTO DA ROTAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO NA QUALIDADE DA AUDITORIA**” este questionário incide sobre as empresas cotadas na bolsa de valores de cabo verde. O objectivo deste estudo é **analisar o impacto da rotação do auditor externo na qualidade da auditoria em Cabo Verde.**

A informação recolhida é rigorosamente confidencial e destina-se unicamente a finalidade acima referida.

Estudante/ N°: Gilda Isabel Afonso Monteiro/ APR 2009. 0667

No que concerne à estrutura do questionário foi dividido em duas grandes áreas:

- A. Rotação dos auditores;
- B. Qualidade de auditoria / Independências dos auditores

Habilitação literária	Licenciatura		Mestrado		Doutoramento	
-----------------------	--------------	--	----------	--	--------------	--

Ramo de atividade	Industrial		Comercial		Misto	
-------------------	------------	--	-----------	--	-------	--

Ano de serviço na administração	
---------------------------------	--

Rotação dos auditores

A.1) – Durante a sua gestão houve rotação/mudança de auditor externo?

Sim	
Não	
Não tem opinião formada	

A.1.1) – Houve rotação/mudança das equipas de auditoria?

Sim	
Não	
Não tem opinião formada	

A.2) - Como é aplicada a rotação às equipas?

Alteração dos membros das equipas	
Alteração do sócio responsável	

A.3) – Concorda que a rotação obrigatória dos auditores / firmas contribuirá para melhorar a qualidade dos trabalhos dos auditores?

Sim	
Não	
Não tem opinião formada	

A.4) – Concorda que a rotação obrigatória dos auditores dará mais agilidade e capacidade de detectar omissões que o auditor anterior poderia ter ignorado?

Sim	
Não	
Não tem opinião formada	

A.5) – Concorda que a maior rotação dos auditores / firmas de auditoria aumentará o risco de fraude e não promove a qualidade da auditoria?

Sim	
Não	
Não tem opinião formada	

A.6) Na sua opinião a rotações obrigatória dos auditores aumentará o custo da auditoria?

Sim	
Não	
Não tem opinião formada	

Qualidade da auditoria / Independência dos auditores

B.1) – A relação estabelecida entre o auditor e cliente aumenta a qualidade da auditoria?

Sim	
Não	
Não tem opinião formada	

B.2) A rotação do auditor externo afeta a qualidade da auditoria?

Sim	
Não	
Não tem opinião formada	

B.3) – Quais desses factores considera mais relevante para garantir a qualidade da auditoria?

Independência dos auditores	
Aplicação das normas internacionais de auditoria	

B.4) – Considera que o quadro legal actual garante a independência necessária para os trabalhos dos auditores em Cabo Verde?

Sim	
Não	
Não tem opinião formada	

B.5) Concorda que estes factores influenciam a rotação dos auditores?

- a) Experiencia dos auditores
- b) Honorário de auditoria
- c) Reputação dos auditores
- d) Tempo de contrato

e) Nível de gestão de resultado

Sim		Não	
-----	--	-----	--

B.6) Considera que o auditor é rodado se:

Tiver alguns anos de experiência na indústria empresa do cliente (ou seja, especializada no negócio do cliente)?

Sim	
Não	
Não tem opinião formada	

B.7) Requer grandes honorários de auditoria?

Sim	
Não	
Não tem opinião formada	

B.8) Não aprovar as práticas de comunicação do cliente?

Sim	
Não	
Não tem opinião formada	

B.9) Pertencer a uma grande empresa de auditoria?

Sim	
Não	
Não tem opinião formada	

B.10) Tiver longos anos de contrato com cliente:

Sim	
Não	
Não tem opinião formada	

C- Por último gostaria de saber a sua opinião sobre a relevância do assunto abordado

ANEXO III – QUESTIONÁRIO II

INSTITUTO SUPERIOR DE CIENCIAS ECONOMICAS E EMPRESARIAIS

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: AUDITORIA

QUESTIONÁRIO II

O presente questionário destina-se á realização de um estudo intitulado “ **IMPACTO DA ROTAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO NA QUALIDADE DA AUDITORIA**” e incide sobre as empresas de auditoria registadas na Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados (OPACC). O objectivo deste estudo é **analisar o impacto da rotação do auditor externo na qualidade da auditoria em Cabo Verde**.

A informação recolhida é rigorosamente confidencial e destina-se unicamente a finalidade acima referida.

Estudante/ N°: Gilda Isabel Afonso Monteiro/ APR 2009. 0667

No que concerne à estrutura do questionário foi dividido em 2 grandes áreas:

- A. Rotação dos auditores;
- B. Qualidade de auditoria / Independências dos auditores

Rotação dos auditores

A.1) Inexistência da rotação dos auditores / sócio responsável pela auditoria

Sim	
Não	
Não tem opinião formada	

A.2) Qual a frequência da rotação das equipas por cliente?

Anual	
Bianual	
Outra / Qual?	

A.3) - Como é aplicada a rotação às equipas?

Alteração dos membros das equipas	
Alteração do sócio responsável	

A.4) –Qual é o período da rotação do sócio responsável pela auditoria?

Igual a 7 anos	
Superior a 7 anos	
Não se aplica	

A.5) – Concorda que a rotação obrigatória dos auditores / firmas irá contribuir para melhorar a qualidade dos trabalhos dos auditores?

Sim	
Não	
Não tem opinião formada	

A.6) – Concorda que a rotação obrigatória dos auditores dará mais agilidade e capacidade de detectar omissões que o auditor anterior poderia ter ignorado?

Sim	
Não	
Não tem opinião formada	

A.7) – Concorda que a maior rotação dos auditores / firmas de auditoria faz aumentar o risco de fraude e não promove a qualidade da auditoria?

Sim	
Não	
Não tem opinião formada	

A.8) Na sua opinião a rotações obrigatória dos auditores faz aumentar o custo da auditoria?

Sim	
Não	
Não tem opinião formada	

Qualidade da auditoria / Independência dos auditores

B.1) – A relação estabelecida entre o auditor e cliente aumenta a qualidade da auditoria?

Sim	
Não	
Não tem opinião formada	

B.2) – Quais as principais ameaça a independência dos auditores?

Familiaridade ou confianças com a empresa auditada	
Auto revisão	
Interesse pessoal	
Outros Quais?	

B.3) - Qual a melhor forma de melhorar a independência dos auditores?

Mudança dos auditores após longos anos	
A escolha dos auditores pelos accionistas	
Proibir a prestação de serviço de consultoria	

B.4) - A rotação do auditor externo afeta a qualidade da auditoria?

Sim	
Não	
Não tem opinião formada	

B.5) – Considera que o quadro legal actual garante a independência necessária para os trabalhos dos auditores em Cabo Verde?

Sim	
Não	
Não tem opinião formada	

C – Como considera o papel da OPACC na promoção da actividade da auditoria em Cabo Verde

Bom	
Razoável	
Mau	

D - Por último gostaria de saber a sua opinião sobre a relevância do assunto abordado.